

PECSOL

MÓDULO 4 - MODELO DE INCLUSÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO



UNICAFES NACIONAL

União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SESCOOP

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

PROGRAMA PECSOL

MÓDULO 4 - MODELO DE INCLUSÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CAPÍTULO 1	9
1. O Cooperativismo no Brasil	10
2. A Construção do Cooperativismo Solidário	13
3. Fundamentação Organizacional	17
4. Características do Cooperativismo Solidário	19
5. Mercados como Estratégia de Inclusão	32
CAPÍTULO 2	45
1. O Cooperativismo Solidário e as suas perspectivas	46
CAPÍTULO 3	51
1. Reflexão a partir das temáticas locais	52
2. O papel do jovem no Cooperativismo Solidário	52
3. O papel das mulheres no Cooperativismo Solidário	53
CAPÍTULO 4	54
1. Gênero e Geração	55
CAPÍTULO 5	56
Reflexões sobre a Multiplicação	57
CONSIDERAÇÕES	57
REFERÊNCIAS	58

UNICAFES NACIONAL – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.
Uma publicação do Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL), edição 2019.

DIRETORIA EXECUTIVA

Conselho de Administrativo

Presidente - Vanderley Ziger
Secretário - Aparecido Alves de Souza
Tesoureiro - Antonino Cardozo de Carvalho
Secretário de Formação - Antonio M. de Sousa Filho
Secretária de Mulheres - Iara de Andrade Oliveira
Secretário de Jovens - Romullo Renan Silva Dantas

Gildene Soares Carvalho
Valquíria Almeida de Souza
Fátima de Lima Torres
Matheus Costa Santos
Gervásio Plucinski
Sandra Nespolo Bergamin
Luiz Fernando Lopes da Costa
Nilfo Wandscheer
José Izidoro Rodrigues
Jairo Arruda de Souza

Conselho Fiscal Efetivos

Alzemira de Lima Marins
Genes da Fonseca Rosa
José de Oliveira Mesquita

Suplentes

Marly Eleutério de Sousa
Ruiter Pinto de Araújo

Coordenação/Revisão

Alcidir Mazutti Zanco
Maíra Lima Figueira

Elaboração de Conteúdo

MP Guimarães – ME: Vita Cred – Vita Educ
Alcidir Mazutti Zanco

Projeto Gráfico/Coordenação de Arte

S4 COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
Indianara Paes

Ilustrações

Mirella Spinelli

Fotografias e Vetores

Acervo Unicafes, Freepik e Google.

Impressão

Gráfica Cidade - Brasília – DF

Tiragem

1.000 unidades

Apoio

Convênio 004/2017- SESCOOP/UNICAFES Projeto de Aprimoramento na Gestão/Governança das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Sistema UNICAFES.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M689

UNICAFES Nacional. Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL). Módulo IV: Modelo de Inclusão do Cooperativismo Solidário. MP Guimarães – ME: VITA CRED – VITA EDUC, Brasília, 2019. 54 p.: il.; 31,5 cm.

SBN: 978-85-62258-25-1

I. Desenvolvimento. 2. Modelo de Organização. 3. Sustentabilidade. 4. Cooperação. 5. Cooperativismo. I. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP; II. União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária UNICAFES (Org.).

CDU – 334.73:502.131.1

MODELO DE INCLUSÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

Neste caderno será desenvolvida a temática Modelo de Inclusão do Cooperativismo Solidário, tendo sua fundamentação nas diretrizes que orientam a organização e as práticas das redes de cooperação. As estratégias de inclusão social, cultura, produtiva e econômica são máximas transversais que influenciam o formato organizacional das Cooperativas Solidárias. Estes diferenciais nortearam o surgimento deste modelo organizacional e são um forte mecanismo para o fortalecimento da relação com os associados e parceiros comerciais.

Os princípios do Cooperativismo Solidário vinculam-se a diretriz de inclusão social. Saber fazer Cooperativismo para promoção do desenvolvimento social e econômico é um desafio, mas também, a principal oportunidade para movimentar e animar a participação ativa dos associados nas Cooperativas. O sucesso econômico de uma Cooperativa deve ser medido pelo sucesso social e indicadores de inclusão promovidos pelo empreendimento. As sobras de uma Cooperativa necessitam ser paralelas a satisfação dos associados.

Esse modelo de desenvolvimento tem promovido várias ações de inclusão. Sendo assim estratégias de organização, nos mecanismos de promoção da participação autônoma, na gestão participativa descentralizada, na diversificação produtiva e nos mecanismos inclusivos de agroindustrialização com acesso aos mercados. Estas ações proporcionam a inclusão social de milhares de pessoas no Meio Rural e Urbano, comprovando a importância das Cooperativas para a promoção do desenvolvimento com inclusão social.

As práticas de inclusão do Cooperativismo Solidário superam o cumprimento de atividades assistencialistas ou compensatórias, pois articulam a promoção do desenvolvimento com fomento ao empoderamento, emancipação e controle social, diretrizes que promovem autonomia social e econômica dos associados, práticas que ampliam as responsabilidades do Cooperativismo Solidário. Provocando assim, as lideranças para constante reflexão sobre estratégias que melhor respondam aos desafios sobre a promoção do desenvolvimento integral das pessoas com base na organização social, cidadania, respeito aos direitos humanos, acesso a renda, moradia, saúde, educação e segurança alimentar.

A inclusão social é uma ação vital e um mecanismo essencial no fomento e fortalecimento das cooperativas. A promoção de ações constantes de fomento da gestão social, com processos inclusivos de formação, que garantam promoção e empoderamento dos associados é o grande diferencial do Cooperativismo Solidário. Este fato é defendido por todas as lideranças cooperativas, mas sua execução exige forte comprometimento diante do cenário interno e externo, demandando forte e constante reflexão sobre o que realmente significa "sucesso cooperativo".

"Ser um Líder Solidário é assumir o compromisso de incluir mais e melhor".



A Agricultura Familiar é o principal público das Cooperativas Solidárias e nesta Agricultura milhões de pessoas ainda necessitam ser incluídas de forma sustentável. Embora este segmento seja responsável pela produção da maioria dos alimentos destinados à alimentação da população brasileira, verifica-se que percentual considerável destes Agricultores, ainda se encontram sem condições mínimas de vida digna, sendo necessário inovar no fortalecimento das Cooperativas, com a missão incluir este público, implantando políticas de apoio e fomento organizacional.

Todas as Cooperativas que trabalham com inclusão desenvolvem ações que deveriam ser desenvolvidas pelo Estado, por isso deveriam ser consideradas de interesse público. O não reconhecimento deste fato, não deve ser um limitador da ação organizativa das cooperativas, sendo essencial a promoção de processos de capacitação dos associados e diretores, aprofundando as oportunidades e desafios que está diretriz propõem.

Todas as ações Cooperativistas, independente do eixo ou ramo, pautam-se na promoção do desenvolvimento com inclusão social. Essa diretriz poderia ser ampliada se as políticas públicas, fomentassem instrumentos para viabilizar maior inclusão das pessoas no Cooperativismo, principalmente no acesso ao Crédito, ATER (Assistência Técnica) e nas estratégias de agroindustrialização e mercado.

Buscando aprofundar algumas destas dinâmicas, este caderno concentrará seu desenvolvimento nas estratégias de inclusão de Gênero, Geração e Mercados, socializando diretrizes defendidas pelo Cooperativismo Solidário, para inclusão de jovens e mulheres nas Cooperativas.

O Programa de Educação do Cooperativismo Solidário tem compromisso com a formação das lideranças da Agricultura Familiar. Para ampliar a participação democrática e a equidade social, o mesmo defende ações formativas que fortaleçam a superação das desigualdades vinculadas a organização social e econômica da comunidade.

A opção político-educativa que busca valorizar as contribuições das mulheres e jovens no Cooperativismo, têm a intenção de contribuir para o fortalecimento da identidade social, econômica e política do Cooperativismo Solidário, essa opção fortalece uma marca e amplia a força deste segmento na promoção do desenvolvimento local sustentável e inclusivo.



CAPÍTULO I

momento FUNDAMENTAÇÃO

A fundamentação teórica consiste na retomada de conceitos que fundamentam as ações práticas do Cooperativismo sobre esta temática. Esta fase gera maior compreensão sobre os projetos de desenvolvimento em curso. Destacamos alguns que fundamentam a construção do Módulo:

Interação Solidária – Relação que se estabelece entre as famílias, comunidades e outras organizações da vida dos associados que possibilita somar esforços para o benefício dos envolvidos na organização da Cooperativa e da Comunidade local.

Controle Social – Forma como as pessoas participam dos espaços de deliberação. Ambiente que possibilita aos associados e demais Agricultores Familiares expressar suas necessidades, e também, assumir responsabilidades pelos rumos que suas Instituições.

Autogestão - Condição para que o quadro social exerça o poder de gestão de sua Cooperativa, por meio das participações nos espaços políticos, administrativos, estratégicos, operacionais e nos cargos estatutários de construção e deliberação.

Sustentabilidade Organizacional - Ações econômicas, sociais e ambientais que fundamentam a realização de práticas sustentáveis na produção, organização e comercialização realizada entre os seus associados, Cooperativa e o mercado garantindo a construção de debates estratégicos em âmbito local e regional.

Equidade entre homens e mulheres - Condições para o maior protagonismo da juventude e das mulheres com a construção de espaços para participação equitativa no quadro social e nos espaços deliberativos. As Cooperativas necessitam gerar condições para realização de trabalhos específicos com jovens e mulheres, proporcionando condições para ampliar a equidade social.

Organização em Rede - Estratégia de organização local com articulações em redes que permite a ampliação das experiências do Cooperativismo Solidário, democratizando o acesso ao conhecimento de práticas sociais, culturais, econômicas e políticas, com foco na organização equitativa do quadro social.

Inclusão Social - Estratégia para ampliar a inclusão produtiva, social, cultural e econômica dos cooperados, das cooperativas e do Sistema, com empoderamento para acesso a políticas de desenvolvimento com autonomia e sustentabilidade nos diversos espaços da Cooperativa e da Sociedade.

I. O COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil, a história do Cooperativismo possui os mesmos traços fundacionais do Cooperativismo mundial articulado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Seu surgimento pode ser vinculado a várias matrizes fundacionais, vinculados a vários segmentos sociais e organizativos. Contudo no Cooperativismo Solidário observa-se a maior influência do movimento religioso, representado pela Igreja Católica, principalmente, pelas ações desenvolvidas pela Teologia da Libertação e pelo movimento de construção das comunidades de base, principalmente nas áreas rurais.

Esse processo orientou a organização e as lutas dos movimentos sociais pelo direito ao trabalho, ação que coincidiu com o fim do Regime Militar e com o retorno dos exilados políticos o Brasil, que trouxeram praticas ligadas às Organizações Não Governamentais (ONGs), que ajudaram a fortalecer a organização social no país”.

Na década de 1990, a partir da fundamentação religiosa e o trabalho das ONGs percebe-se a expansão do cooperativismo de base popular (MANCCE, 2002, p.230), com a organização de Cooperativas de diversos segmentos sociais que até então encontravam-se a margem dos processos organizativos.

O movimento cooperativo no Brasil tem raízes anteriores aos Pioneiros de Rochdale. Fernandes (1995), Schneider (2010), Frantz (2003), destacam que sua origem pode ser encontrada no ano de 1600, realizados pelas primeiras reduções jesuíticas. Seguindo a matriz histórica do reconhecimento internacional, verificam-se também, várias versões sobre a fundação e formalização do movimento no Brasil.

A versão mais citada destaca que em 1841, o imigrante francês Jules Mure instituiu uma Colônia de Produção e de Consumo no município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina. Em 1847, o também francês Jean Maurice Favre fundou a Colônia Agrícola Tereza Cristina no município Cândido de Abreu, Estado do Paraná. Esses casos são citados como exemplos de pré-cooperativismo, ainda sem reconhecimento formal (FERNANDES, 1995).

Os registros oficiais reconhecem formalmente como primeira Cooperativa do Brasil, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, iniciativa de Consumo constituída em 1889. Ainda no século XIX, nasceram as Cooperativas Agropecuárias, ramo que se destacou no Cooperativismo brasileiro. A primeira registrada foi a Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, fundada no Rio Grande do Sul, na região de Veranópolis, em 1891 (MANCCE, 2002, p.233).

No início do século XX, o Cooperativismo começou a se delinear no Brasil, influenciado pela religiosidade e pelo pensamento político dos imigrantes. O movimento seguiu, principalmente, o chamado modelo alemão, de Friedrich Wilhelm Raiffeisen, pioneiro do Cooperativismo, da Economia Social, Solidária e do regime de crédito mútuo, inspirador do movimento do Sindicalismo Agrícola, dos finais do século XIX, em muitos países Europeus.

Esse modelo organizacional defendia a Educação Cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas, a união de todo o sistema na defesa dos interesses comuns e a distinção entre o Cooperativismo e a Economia de Mercado, sendo marcado pelo comprometimento com a justiça social (PINHO, 2004).

O início da história do Cooperativismo no Brasil é marcado por uma estrutura autoritária, na qual os interesses dos agricultores familiares não eram considerados. Suas iniciativas eram para produção exportadora, privilegiando a monocultura, agricultores que detinham grandes extensões de terra. A partir da crise econômica mundial no final dos anos 1920, o governo brasileiro redefine suas estratégias de produção incentivando a constituição de Cooperativas agropecuárias, sobretudo as Cooperativas que conseguissem escoar a produção da pequena propriedade (COSTA, AMORIM, GOMES, & SILVA, 2015).

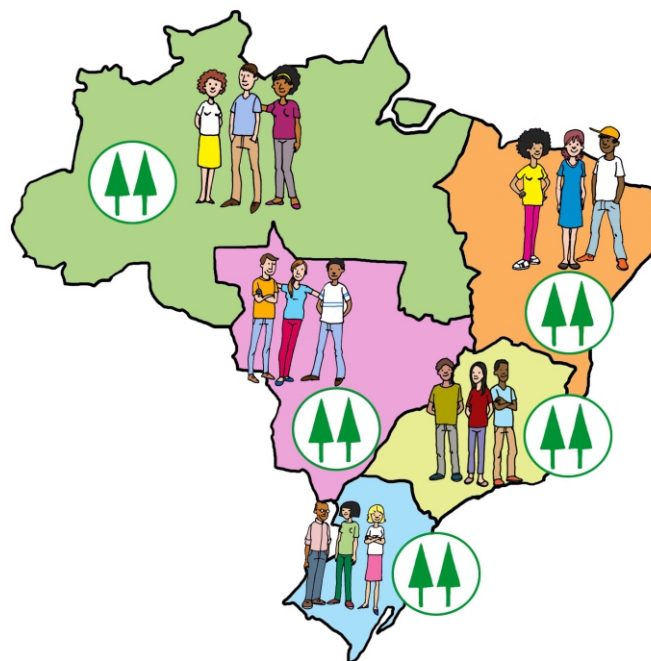
Por conta disso milhares de Cooperativas surgiram no Brasil nos dois primeiros terços do século XX, trazendo benefícios para comunidades locais, sendo que algumas organizações chegaram a construir certo grau de articulação estadual ou federal. Todavia, após o Golpe Militar de 1964, o movimento Cooperativista nacional sofreu um duro revés: além de reduzir a sua presença em termos numéricos, perdeu vigor social o que redundou na formação de organizações Cooperativas sem bases comunitárias. Para consolidar essa forma intervenção, o regime autoritário promulga a Lei 5.764/71 com avanços para a organização cooperativista.

Como efeito da Lei a partir dos anos 1970, aconteceu avanço expressivo no Ramo Crédito e Agropecuário que além de se tornar hegemônicos em relação aos demais ramos, os Sistemas Cooperativos Agropecuários vivenciaram um processo de verticalização, realizando fusões, liquidações e incorporações das Cooperativas de caráter local, por unidades regionais focadas em atividades de alta rentabilidade econômica.

As estratégias de expansão do setor eram mediadas pelos interesses de governantes conservadores, do poder econômico local ou regional e de grupos de médios e grandes produtores que obtinham acesso aos recursos públicos advindos das políticas de modernização conservadora da agricultura.



No Brasil, desde a década de 1930, o Cooperativismo constituiu-se em um importante instrumento de política agrícola. No final dos anos 1950, com o objetivo de modernizar a agricultura o forte estímulo estatal transformou-o em um dos principais indutores do desenvolvimento rural e de uma melhor inserção do País no Mercado Internacional.



As Cooperativas Agrícolas, não apenas se tornaram o elo entre a Agricultura e os sistemas modernos de produção, contribuindo para que as unidades agrícolas adquirissem perfil empresarial, como também articularam produtores, instituições públicas de fomento e mercado consumidor. Na linha de incentivo, em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), que ofereceu financiamentos para as Cooperativas (CRUZ, 1997).

Em 1970, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e constituíram um grupo de estudos para elaborar uma Lei própria para o Sistema, composto por representantes do Cooperativismo e do governo que redundou no ano seguinte na Lei do Cooperativismo nº 5.764 sendo aprovada em 1971, detalha a classificação, constituição e o funcionamento das Sociedades Cooperativas, determinando para a OCB a unicidade do papel de representação. Em 1984, criou-se a Secretaria Nacional de Cooperativismo (SENACOO), pelo Decreto 90.393 com a finalidade de fomentar e fortalecer a organização das Cooperativas.

Na década de 1980, as organizações controladoras do Cooperativismo brasileiro se mantiveram distantes das lutas pela redemocratização política do país e das discussões sobre os impactos negativos gerados pela adoção do modelo agrícola baseado na “Revolução Verde”. Além de se transformarem em meros entrepostos comerciais, as Cooperativas tradicionais programaram medidas de seleção dos associados, priorizando a criação de sistemas produtivos voltados à exportação e a instalação de sistemas de integração que viabilizavam a formação de complexos agroindustriais de médio e grande porte, reafirmando um modelo de exploração predatório cujas consequências ambientais estão sendo sentidas em várias regiões.

O fortalecimento das Cooperativas de cunho empresarial era reforçado pela adoção de uma lógica agroindustrial vinculada a resultados de escala produtiva, o gigantismo das Cooperativas de cunho empresarial era reforçado pela adoção de uma lógica financista, em que havia pouco espaço para a defesa do associativismo de base, para a promoção da educação cooperativista, participação e solidariedade com os associados de menor poder aquisitivo. A situação começou a se alterar após a Constituição de 1988, embora por muitos anos, o país tivesse ainda que conviver sob o predomínio das políticas neoliberais e da visão do “estado mínimo”, o que muitas vezes ratificava as antigas preferências dos gestores públicos pelo modelo do cooperativismo empresarial (ZANCO, 2016).

2. A CONSTRUÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO



O Cooperativismo brasileiro conquistou parcialmente sua autonomia a promulgação da Constituição Federal, em 1988. Em 1990, por meio da Lei nº 8.015 foi extinto o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) que normatizava o Cooperativismo Brasileiro e constituído o Departamento de Cooperativismo e Associativismo (DENACOOB) incorporado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com as atribuições de fomentar e de apoiar o setor.

A liberdade organizativa prevista na Constituição fundamentou o surgimento do Cooperativismo Solidário, com a organização e fundação de Cooperativas em todas as regiões do Brasil. Entre os anos, 1995-2005, ocorreram vários processos de articulação destas Cooperativas, com realização de vários encontros de porte territorial e nacional, sendo constatada a necessidade de construção de novos instrumentos de representação que fossem constituídos de forma legítima e participativa.

A partir da década de 1990, ao lado das Cooperativas empresárias e de processos isolados, surgem alguns movimentos articulados de constituição de Cooperativas com base expressiva na Agricultura Familiar com fundamentação no princípio da Economia Solidária. Por se formarem fora dos esquemas tradicionais do Cooperativismo, na época, essas organizações ficaram mais conhecidas pelos adjetivos “alternativas, populares e/ou participativas”, pelo forte vínculo social. São Cooperativas que atuavam especialmente no Ramo do Crédito, Produção Agropecuária, Trabalho e Serviços.

O termo “Solidário”, que grande parte dessas Cooperativas passou a se autoadjetivar posteriormente, além demarcar um campo político próprio de articulação que emergiu dentro do Cooperativismo brasileiro, pretendeu sinalizar um conjunto de procedimentos que norteavam o funcionamento dessas organizações e que futuramente geraria uma organização de representação nacional.

Com advento dos movimentos de luta pela democratização do Estado Brasileiro, há uma retomada dos movimentos sindicais e ressurgiu a ideia do Cooperativismo como instrumento de democratização econômica dos trabalhadores e do país. A base fundante da organização Cooperativa é articular pessoas em torno de um objetivo comum, e em meados de 1990, o Cooperativismo desponta como a estratégia das organizações e movimentos sociais para retomar o ideário democrático.

Este Cooperativismo que renasce das bases dos movimentos sociais urbanos e rurais, têm uma intenção muito semelhante ao movimento cooperativo de vertente socialista que nasceu na Europa amparado pela finalidade de inclusão econômica e social, de trabalhadores que enfrentavam problemas causados pelo Modelo de Desenvolvimento.

Notadamente, a partir de 1990, quando o país viveu a fase de abertura comercial e as empresas do setor produtivo tiveram a necessidade de reestruturação como exigência para sua sobrevivência e inserção no mercado competitivo internacional. As exigências provocaram crescimento da reserva de trabalhadores pelo enxugamento no número de vagas de trabalho, gerando desemprego no setor industrial e alocação de parte da reserva no setor de serviços. [...] (CALGARO, 2016, p. 104)

Esta nova conjuntura de grande desemprego, colocou trabalhadores na necessidade de assumir a indústria, afora falida, para que pudesse ter o trabalho e dele sobreviver com sua família. A mudança de trabalhador empregado, para trabalhador proprietário, gera um conjunto de novas atitudes nos trabalhadores envolvidos. A mudança requer alterações nas exigências historicamente construídas (de trabalhador alienado). Ampliam-se, tantas funções quanto às responsabilidades, que exigem maior nível de informação, capacidade para participar e argumentar em discussões e deliberar assuntos de interesse da Cooperativa, da participação ativa decorre da autonomia, de autodeterminação e de autorrealização dos indivíduos como trabalhadores proprietários. (CALGARO, 2016, p. 104)

Assim como, o movimento de Rochdale, e do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária também foi construído e gestado durante períodos de recessão econômica e restrição das políticas de desenvolvimentos. Este contexto gerou um movimento de resistência política, social e econômica.



Organizações do Cooperativismo Solidário

O Cooperativismo Solidário surge a partir da organização popular. Sua unidade gerou a constituição de organizações de porte nacional que geraram a fundação de CONCRAB, UNISOL, UNICAFES e UNICATADORES com o objetivo de articular, integrar e representar o Cooperativismo Solidário no Brasil. Em 2014, por meio da união destas organizações constituiu-se a UNICOPAS com a missão de ampliar a unidade deste segmento organizacional.

“O Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Cooperativismo Solidário é um instrumento fundamental para enfrentamento da pobreza, do abandono e da falta de políticas de apoio ao desenvolvimento rural sustentável. Por meio do Cooperativismo Solidário é possível combinar estratégias para o desenvolvimento da dimensão econômica, social, ambiental e cultural dos participantes, favorecendo o empoderamento das pessoas com acesso cultura, serviços, crédito, produção e consumo, fortalecendo a construção de espaços de vida digna” (ZANCO, 2017).

Os objetivos da UNICOPAS se concentram em: Articular, integrar e representar as organizações gerais do Cooperativismo Solidário no Brasil, desde que associadas; desenvolver ações para a aproximação e o entrosamento das entidades associadas; promover a educação cooperativista e o desenvolvimento da Economia Solidária.

A pauta representativa busca defender as Cooperativas fundamentadas na organização social e econômica dos sócios, com foco na inclusão das pessoas; Cooperativas construídas com gestão e controle social, a partir de relações de proximidade com foco municipal; Cooperativas consolidadas para promoção do desenvolvimento local com interação em redes; Cooperativas organizadas de forma autônoma, ancoradas na construção de parcerias de interesse público; Cooperativas especializadas na inclusão e atendimento a Agricultura Familiar e Economia Solidária; Cooperativas como instrumento diversificado e alternativo de desenvolvimento (UNICOPAS, 2019).





O Cooperativismo Solidário é pautado pela concepção de que os empreendimentos solidários manifestam outro modo de produção articulados numa ao que pesquisadores, liderem sociais, cooperativistas e ativistas têm chamado de "outra economia" (CATTANI, 2003). Essas organizações funcionam na base da solidariedade, autogestão e cooperação e se fortalecem a partir da busca pela igualdade social, na autonomia institucional e na gestão democrática, com participação e igualdade social (BRASIL, 2012). Seu objetivo não é a busca pelo lucro, mas pela promoção do desenvolvimento com inclusão social, produtiva, cultural, econômica dos associados e da comunidade local.

O ideário do Cooperativismo Solidário se articula ao entorno das crenças do movimento autogestionário. A autogestão é destacada como vetor de eficiência e inclusão, em práticas que estão além dos objetivos econômicos e que consolidam o empreendimento a cooperação no trabalho, na gestão e no controle social e propiciam fatores de eficiência que promovam a viabilidade Cooperativa. Pela autogestão, as Cooperativas alcançariam o diferencial da “economia de controles, com utilização da racionalidade e criatividade da ação conjunta e interativa dos membros, na construção de estratégias de produção, consumo e de criação do conhecimento” (CATTANI, 2003, 38).

Diferente das empresas tradicionais, o Cooperativismo Solidário entende a organização como sistema cultural, simbólico e imaginário que avança no envolvimento das pessoas para além do capital. O sistema cultural oferece uma estrutura de valores e normas, uma maneira de pensar, e um modo de apreender o mundo que orienta a conduta dos seus atores.

Neste Cooperativismo os integrantes são convidados a processos de educação que tonificam uma identidade, fazendo a organização ser percebida e aceita pelo seu grupo social. “Munida desses artefatos simbólicos a organização se oferece como objeto para fortalecer o desenvolvimento de seus participantes” (ENRIQUEZ, 1997, p.33).

3. FUNDAMENTAÇÃO ORGANIZACIONAL

O Cooperativismo Solidário é pautado pela concepção de que os empreendimentos solidários manifestam outro modo de produção, ou uma outra economia (CATTANI, 2003).

Essas organizações funcionam na base da solidariedade, autogestão e cooperação e se fortalecem a partir da busca pela igualdade social, na autonomia institucional e na gestão democrática, com participação e igualdade social (BRASIL, 2012).

Seu objetivo não é a busca pelo lucro, mas pela promoção do desenvolvimento com inclusão social, produtiva, cultural, econômica dos associados e da comunidade local.

Diferente das empresas tradicionais, o Cooperativismo Solidário entende a organização como sistema cultural, simbólico e imaginário que avança no envolvimento das pessoas para além do capital.

O Sistema Cultural oferece uma estrutura de valores e normas, uma maneira de pensar, e um modo de apreender o mundo que orienta a conduta dos seus atores.

Neste Cooperativismo, os integrantes são convidados a processos de educação que tonificam uma identidade, fazendo a organização ser percebida e aceita pelo seu grupo social.

O Cooperativismo é norteado por um estilo de administração humanista, por princípios que estabelecem maior vínculo com as pessoas, primando tanto o lucro, como o crescimento das pessoas, tendo como meta promover por meio da união, a sustentabilidade dos menos favorecidos pelo capital.

Quanto maior a participação, maior a cultura cooperativista, e conseqüentemente, mais eficaz será a organização.



No contexto atual, as Cooperativas fundamentam sua estrutura organizacional no conceito de “capital social”, definindo-o como “principal característica da organização social e econômica, fundamentando suas relações na confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade”.

As particularidades das Organizações Cooperativas, diante da outra economia, demandam profissionais com conhecimento multidisciplinar nas áreas administrativas e sociais, os quais necessitam ser aplicados ao quadro social e não apenas ao mercado.

Neste meio, a profissionalização nas Cooperativas é necessária, mas não viabilizada unicamente pelo conhecimento técnico, pois a identidade e o compromisso com a causa do Cooperativismo são qualidades necessárias aos Diretores, Funcionários e Cooperados, somente com ações diretas e complementares, entre esses públicos, o Cooperativismo poderá ser viável (PINHO, 2004).

O desafio do gestor de Cooperativas é corroborar para o crescimento das pessoas, por isso, o esforço de gerir uma Cooperativa autogestionária passa pelos esforços de se comunicar e de relacionar permanentemente com os sócios e clientes. Buscando assim, garantir o funcionamento da organização autogestionária e a sua sobrevivência no mercado, mantendo-se na ótica do solidário que busca inclusão sustentável, valorização da diversidade ambiental, soberania e identidade regional, em síntese, outra economia.

O Modelo Solidário defende que, para construir esta economia é necessário rever a forma de compreensão do desenvolvimento, garantindo autonomia e fortalecimento das dinâmicas locais, ampliando o protagonismo das lideranças e organizações sociais (ZANCO, 2016).

Esse Cooperativismo defende estratégias de desenvolvimento, procurando conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico, com a inclusão social e fortalecimento das pessoas. Somente com participação ativa das pessoas o desenvolvimento será sustentável, com a construção de propostas, aprovação de Leis e execução de programas estruturais.

O empoderamento não depende de características das pessoas beneficiadas ou da intervenção de experts que objetivam desenvolver habilidades adequadas, mas depende, crucialmente, das redes e das capacidades estratégicas que interrelacionam os projetos dos atores particulares com outros e da expansão do espaço de interface (LONG, 2007).



4. CARACTERÍSTICAS DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO



Interação Solidária - As relações estabelecidas entre sócios, diretores, funcionários e parceiros é marcada pela interação solidária, favorecendo a construção da solidariedade na relação que se estabelece entre as famílias, comunidades e outras organizações da vida do agricultor familiar, na possibilidade de somar esforços para o benefício dos envolvidos.



PARA REFLEXÃO...

- Como está a interação solidária em sua Cooperativa?
- Essa premissa é presente na vida dos sócios e da direção?



Controle Social – A participação e o controle social são características que ampliam o protagonismo dos sócios. Os espaços de participação da Cooperativa que possibilitam aos associados e demais agricultores familiares expressar em suas necessidades, e também assumir responsabilidades pelos rumos que suas instituições possam seguir.



PARA REFLEXÃO...

- Como acontece o controle social em sua Cooperativa?
- Que ações poderiam ser implantadas para fortalecer esse controle social?



Autogestão – Nesta característica o quadro social é convidado a exercer o poder de gestão de sua Cooperativa, por meio das participações nos espaços políticos, administrativos, estratégicos, operacionais e cargos estatutários.



PARA REFLEXÃO...

- Como acontece a autogestão em sua Cooperativa?
- A autogestão pode ser considerada o principal diferencial deste segmento?



Equidade entre homens e mulheres: Fortalecer o protagonismo da juventude e das mulheres nas Cooperativas, ampliando oportunidades de empoderamento e inclusão deste público no quadro social e governança, desenvolvendo inovações e construindo espaços maior gestão participativa e sustentável.



PARA REFLEXÃO...

- Como é a participação de mulheres e jovens na sua Cooperativa?
- Que ações podem ser implantadas para maior equidade de gênero e geração?



Descentralização das estruturas – Estruturas pesadas solicitam sistemas de gestão robustos e maior nível de burocratização das organizações. Esse Cooperativismo prima por estruturas leves, organizadas com base nas pessoas.



PARA REFLEXÃO...

- Como são organizadas as estruturas de sua Cooperativa?
- Que pontos podem ser melhorados?



Organização em rede - Permite a ampliação das experiências do Cooperativismo de Economia Solidária, democratizando o acesso ao conhecimento de práticas sociais, culturais, econômicas e políticas.



PARA REFLEXÃO...

- Sua Cooperativa participa de alguma rede?
- Que ações de intercooperação são praticadas?

Nas relações externas e representativas, as estratégias de inclusão lançam as lideranças para processos de articulação junto aos organismos públicos, demandando um conjunto de programas e marcos que facilitem o desenvolvimento de ações inclusivas. Este material sugere alguns pontos de análise para que as lideranças possam se posicionar no cenário local e regional:

Estado - Sociedade: O terceiro setor desenvolve diversas iniciativas para o desenvolvimento do campo e da cidade, promovendo combate a situações de miséria e gerando inclusão social as populações inseridas. No entanto ainda não existe um marco legal específico para este setor, sendo este um ponto fundamental que necessita passar por processos de revisão que instrumentalize o terceiro setor na promoção do desenvolvimento com interação social.

Governo - Cooperativas: As estratégias sociais e econômicas articuladas via Cooperativas Solidárias são essenciais para o desenvolvimento. É necessário que o Estado compreenda este processo e estabeleça programas de formação, fomento, organização cooperativa, com foco no público com necessidade de inclusão.

Educação - Lideranças: Ampliar a formação cooperativista é uma iniciativa essencial para aumentar o compromisso dos cidadãos com a promoção do desenvolvimento. A Educação Cooperativista fortalece o cidadão, amplia o nível de consciência e aumenta a autonomia para participação democrática.

Todas as ações cooperativistas independente do eixo ou ramo, pautam-se na promoção do desenvolvimento com inclusão social. Essa diretriz poderia ser ampliada se as políticas públicas, fomentassem instrumentos para viabilizar maior inclusão das pessoas no Cooperativismo, principalmente no acesso ao crédito, aos serviços de ATER e nas estratégias de agroindustrialização para acessos aos mercados.

As diretrizes de inclusão social do Cooperativismo Solidário são dinâmicas e devem ser ativas na vida das Cooperativas. Buscando aprofundar algumas destas dinâmicas, este caderno concentrará seu desenvolvimento nas estratégias de inclusão de Gênero e Geração, socializando diretrizes defendidas pelo Cooperativismo Solidário, para inclusão de jovens e mulheres nas cooperativas.

As diretrizes defendidas no Cooperativismo Solidário, buscam ampliar o protagonismo de jovens e mulher na base social das Cooperativas. No entanto, devido aos desafios da sucessão familiar esta temática necessita ser priorizada junto às Cooperativas Solidárias para que resultados significativos sejam concretizados.

O Programa de Educação do Cooperativismo Solidário tem compromisso com a formação de lideranças na Agricultura Familiar, para ampliar a participação democrática e a equidade social, bem como, defende ações formativas que fortaleçam a superação das desigualdades vinculadas as relações de gênero e de geração. A opção político-educativa de valorizar as contribuições e despertar mulheres e jovens no Cooperativismo, têm a intenção de contribuir para o fortalecimento da identidade social, econômica e política do Cooperativismo Solidário.

Participação das Mulheres nas Cooperativas

Em pleno século XXI, o mundo ainda se depara com uma profunda desigualdade entre homens e mulheres com relação a direitos básicos universais, ao mundo do lar e do trabalho e à própria autodeterminação das mulheres como protagonistas de suas vidas. Essa desigualdade não é homogênea, assumindo diferentes formas em contextos sociais e internacionais distintos. A igualdade entre homens e mulheres é importante por direito próprio, mas também é essencial em si mesma no sentido de expandir liberdades a todas as pessoas, como característica de um processo civilizatório.

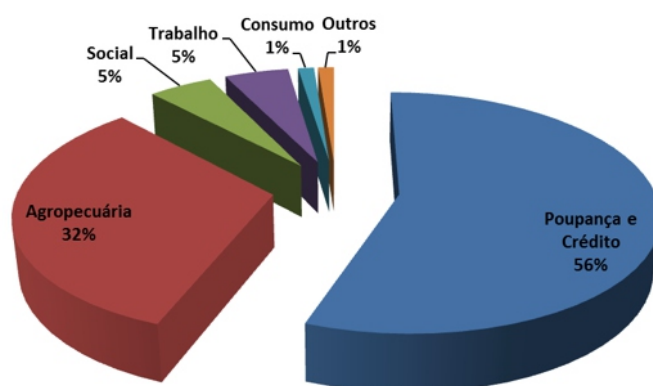
O Cooperativismo e o Associativismo devem fundamentar suas estratégias de organização interna e representação institucional na equidade entre homens e mulheres. O Cooperativismo Solidário é um espaço de conquista das autonomias das mulheres rurais. A UNICAFES em parceria com a Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (REAF-MERCOSUL), o Observatório Agriculturas Familiares Latino Americanas (Observatório AFLA), PPGPPD - UNILA, PPGDRS-UNIOESTE e ITAIPU realizaram uma pesquisa com as mulheres presentes no 5º Encontro da Juventude Cooperativista, 1º Encontro de Mulheres Rurais do Mercosul ampliado e 9º Encontro de Gênero e Geração do Cooperativismo Solidário do Paraná, organizado pela União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

Participaram dos eventos 1.100 mulheres de Entidades ligadas à Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná e de vários Estados do Brasil, e países do Mercosul Ampliado (Paraguai, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia e Equador), além de representantes do Peru. A pesquisa foi realizada a partir da aplicação de um questionário, de forma aleatória, para 173 mulheres (15,7 % das participantes) , que responderam 22 perguntas, abertas e fechadas, para identificar a participação das mulheres nos espaços cooperativos.

Vamos abordar alguns resultados da pesquisa considerados relevantes para a compreensão sobre a participação das mulheres nas Cooperativas com vistas a provocar, por meio da reflexão, uma mudança favorável a maior inclusão destas, nas Cooperativas da Agricultura Familiar. A maior parte das entrevistadas estava na faixa etária acima dos 40 anos, sendo que 50,87% delas tinha acima de 50 anos e 32,95% acima de 55 anos, possivelmente aposentadas conforme legislação vigente no momento da entrevista.

GRÁFICO I – HORAS DEDICADAS ÀS ATIVIDADES DOMÉSTICAS

Tabela 01 - Faixa Etária - 2018	
Faixa Etária	%
12-19 anos	1,156
20-29 anos	5,78
30-39 anos	15,03
40-49 anos	27,17
50-54 anos	17,92
Acima de 55 anos	32,95
TOTAL	100

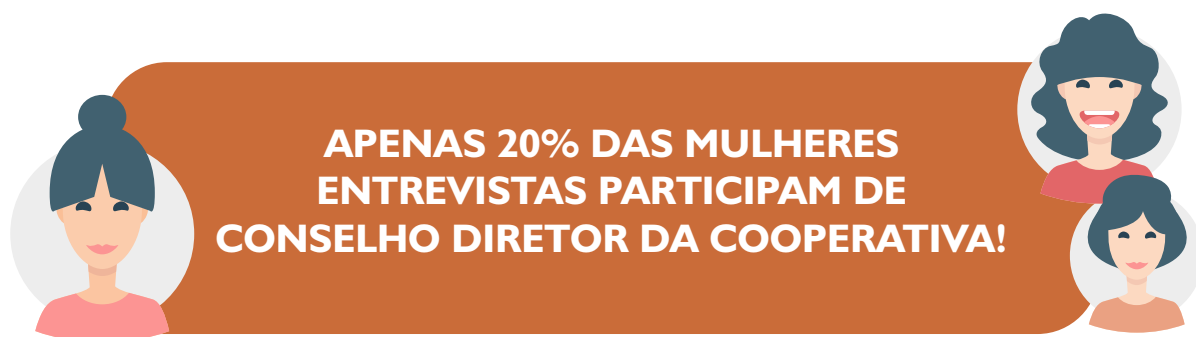


Fonte: Zimmermann et al, 2019

A maioria das entrevistadas é vinculada às Cooperativas de Crédito, seguidas por Cooperativas Agropecuária, Social, Trabalho e Consumo.

Conforme a pesquisa 35% das mulheres participam de alguma comissão dentro da Cooperativa, enquanto 65% não participam. Das mulheres que disseram participar de comissões na Cooperativa, 41% mulheres têm acima de 55 anos e 26% mulheres têm entre 40-49 anos. Nota-se que poucas jovens participam, dado que apenas 6% das mulheres apresentam menos de 29 anos.

Entre as comissões as entrevistadas mencionam: Terceira Idade, Informação, Ajuda geral, Clube de Mães, de mulheres para ajuda, De gerenciamento, Produção, Comércio e Gestão, Administrativa, gênero e geração, produtoras de leite, Permanente, Deliberativa, Fiscal, Cotas, Dia de campo, Direção, Finanças, Financiamento, Gestão, Grupo de Mulheres, Juventude, Mulheres, Liderança de Mulheres/Mulheres Batalhadoras e Conselho da feira.



Conforme os dados, apenas 20% das mulheres entrevistadas participam do Conselho Diretor da Cooperativa, em cargos de: Agente, Conselheira Fiscal, Coordenação, Diretora Conselheira, Gerente geral, Presidência, Presidente, Secretária – Conselheira e Tesoureira. Os dados também indicam que 37,5% das mulheres são membros de Conselhos; 25% Presidente ou Vice-Presidência; 6% atuam em Secretarias e 9% são Tesoureiras.

Os dados indicam que a maior parte das mulheres que participam no Conselho Diretor das Cooperativas tem acima de 40 anos e aquelas acima de 55 anos representam 47%. O que demonstra a dificuldade de participação das mulheres jovens nestes espaços.


TABELA 2 – FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES QUE PARTICIPANTES

Faixa Etária	Quant.	%
20-29 anos	2	5,88
30-39 anos	3	8,82
40-49 anos	10	29,4
50-54 anos	3	8,82
Acima de 55 anos	16	47,1
TOTAL	34	100

Fonte: Zimmermann et al, 2019.

Os dados demonstram que a participação nos espaços de direção são reconhecidamente os mais difíceis de serem ocupados por mulheres, especialmente mulheres jovens, enquanto as funções em comissões e grupos de trabalho são mais constantemente ocupadas pelas mulheres.

Na percepção das entrevistadas as tarefas domésticas e a falta de formação são fatores determinantes na participação das mulheres nas Cooperativas. Na sequência foram mencionadas a falta de motivação e a insegurança e autoafirmação. O tema das tarefas domésticas é frequentemente mencionado entre os fatores que limitam a participação das mulheres. O questionário aplicado apresentava uma pergunta específica sobre esta questão que obteve uma resposta equilibrada: 51% das mulheres acreditam que as tarefas domésticas limitam suas possibilidades de participação, enquanto 49% acreditam que não.



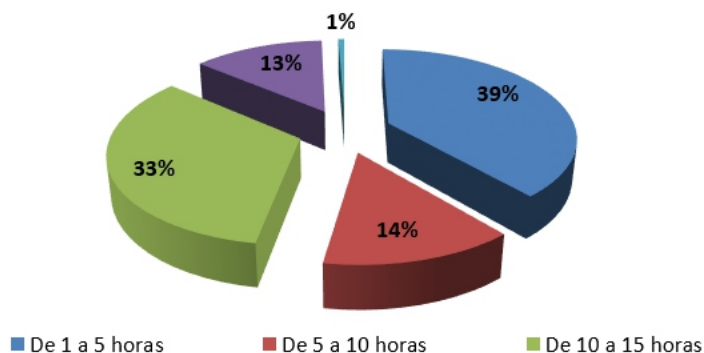
PROBLEMAS ENFRENTADOS PELAS MULHERES RURAIS

Um estudo da ONU Mulheres apontou que dentre os problemas enfrentados pelas mulheres rurais estão a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados, a invisibilidade de seu trabalho produtivo, seu baixo acesso aos meios de produção, ao trabalho decente e a sistemas de proteção social. Além desses desafios, as Mulheres Rurais, se deparam ainda com situações de pobreza extrema, e violência e convivem com uma histórica falta de direitos.

No âmbito dos Estados nacionais, as Mulheres Rurais enfrentam barreiras estruturais, normas sociais discriminatórias e baixa abertura política para encaminhamento de suas demandas por igualdade de direitos. Dentre essas demandas estão o direito a um padrão de vida adequado, garantia de renda e proteção social, à alimentação, à segurança alimentar e nutricional, bem como o direito ao acesso à terra e aos recursos produtivos, dentre outros.

O estudo aponta que na América Latina, as 58 milhões de mulheres que vivem no mundo rural, enfrentam piores condições de vida e trabalho do que os homens e as mulheres que vivem nas áreas urbanas. Ao serem questionadas sobre a quantidade de horas diárias dedicadas para a realização de tarefas e cuidados domésticos não remunerados, a maioria indica de 5 a 10 horas, seguida por 10 a 15 horas. Uma parcela de 13% das entrevistadas comenta trabalhar mais de 15 horas por dia com tarefas domésticas.

GRÁFICO 2 – HORAS DEDICADAS ÀS ATIVIDADES DOMÉSTICAS



Fonte: Zimmermann et al, 2019.

FATORES QUE AFETAM A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS - MAIS APOIO E INCENTIVO.

- Motivação para gerar iniciativa e empoderamento das mulheres;
- Formação e capacitação;
- Criação e espaços de inclusão e diálogo com as mulheres na Cooperativa;
- Recursos financeiros destinados às ações das mulheres;
- Espaços de creche para garantir atendimento às crianças;
- Transporte para deslocamento até a Cooperativa ou maior proximidade da sede das Cooperativas às famílias cooperadas;



- Divisão das tarefas da casa para que tenham mais tempo para participar na Cooperativa;
- Estatuto nas Cooperativas que favoreçam a associação e participação das mulheres;
- Políticas Públicas voltadas para as mulheres;
- Maior divulgação das atividades da Cooperativa entre as mulheres;
- Horários das atividades mais acessíveis a disponibilidade das

Os resultados encontrados contribuem na construção de ações estratégicas que busquem ampliar a participação das mulheres no dia a dia das Cooperativas. A percepção das mulheres sobre os entraves e as formas de reversão pode resultar em ações mais efetivas de promoção da participação as mulheres nas Cooperativas.

Entende-se que as mulheres participam da Cooperativa, mas que a percepção desta participação ocorre, ou é reforçada, no momento em que participam mais ativamente da produção do produto ou serviço que é “negociado” com a Cooperativa. Seja o financiamento, crédito, produtos alimentares e participam das atividades da Cooperativa, seja nos Conselhos, Comitê Diretivo, Eventos, entre outros.

Participação dos Jovens Cooperativistas

A juventude é o segmento mais importante para o Cooperativismo atual e do futuro. Segundo dados de projeção da população brasileira fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), o número de habitantes no país chegou a 208.430.380 pessoas, em 2017. Desses 25,76% são considerados jovens – pessoas com idade de 15 a 29 anos, ou seja, 53.691.613 pessoas distribuídas nas diversas regiões do Brasil.

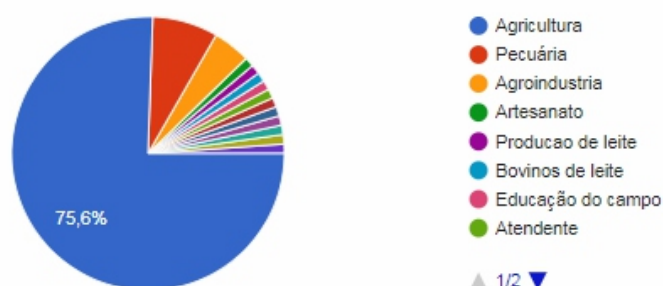
O Brasil possui um percentual positivo de jovens, sendo esta margem uma grande oportunidade para as Cooperativas. Esses dados lançam para o Governo e para as Organizações o desafio de construção de novas perspectivas para a juventude rural permanecer no campo. Mesmo com algumas oportunidades de mercado para a Agricultura Familiar, como as políticas públicas de compras governamentais, os jovens muitas vezes não têm autonomia para colocar seus projetos em prática, seja na propriedade, junto a família ou na Cooperativa em que são associados.

Na organização da produção destaca-se como limitantes para juventude rural a falta de assistência técnica e burocracias para acesso ao crédito, pontos que limitam as oportunidades do jovem continuar no campo produzindo alimentos. Para a participação ser efetiva da Juventude, é necessário que as Cooperativas afirmem em suas prioridades a ampliação de jovens no quadro social e nos conselhos diretivos, criando condições e políticas internas que favoreçam esse processo.

Compreendendo o importante papel da juventude no Cooperativismo Solidário, a Secretaria de Juventude da UNICAFES Nacional, em parceria, com a ONG TRIAS realizaram uma pesquisa com os jovens ligados à Rede UNICAFES. A pesquisa se decorreu a partir da distribuição de um questionário *on line* para as Cooperativas associadas, e posteriormente foi direcionado aos jovens associados. Se contabilizou que 120 jovens responderam ao questionário com 34 perguntas-abertas e fechadas, para identificar a participação nos espaços cooperativos.

O perfil dos entrevistados demonstrou que a maior parte é do sexo feminino 56,7%, solteiros 74,2% e residem na zona rural 81,7% e 91,1% relataram que pretendem continuar na Agricultura Familiar. A quantia de 76,4% dos entrevistados responderam que pertencem ao Ramo Agropecuário e comercializam sua produção no mercado local e feiras livres (53,3%) e para Cooperativas (41%). Mercados Institucionais como PAA (13,3%) e PNAE (13,3%) também ocupam lugar de destaque nas estratégias de comercialização dos produtos.

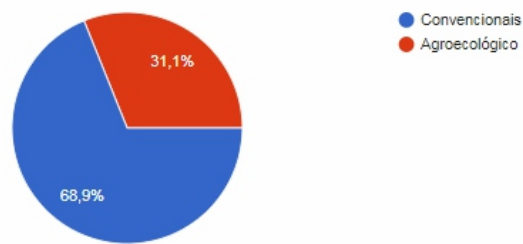
GRÁFICO 3 - ATIVIDADE PRODUTIVA QUE PARTICIPA



Fonte: UNICAFES, 2018.

Sobre a produção verifica-se que 31,1% dos jovens classificaram sua produção como Agroecológica, índice que demonstra preocupação da juventude com a autonomia e soberania alimentar, demonstrando ampla potencialidade deste segmento para desenvolvimento de estratégias sustentáveis vinculadas a Agenda Alimentar.

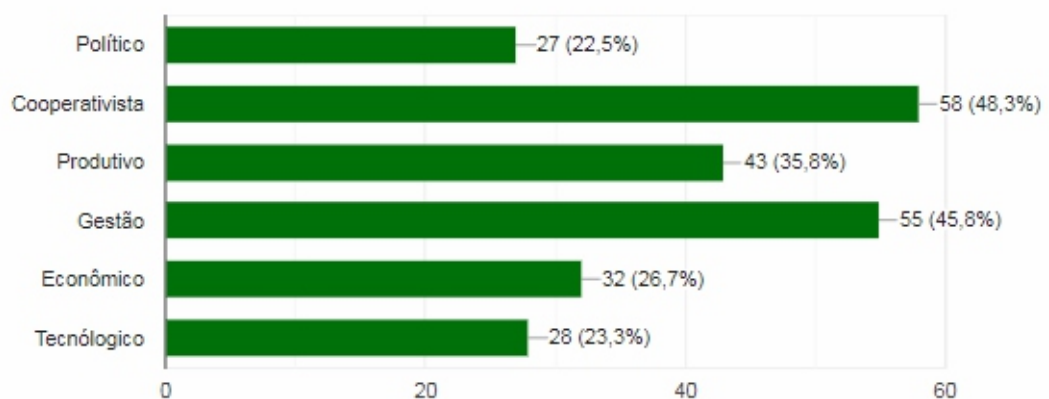
GRÁFICO 4 – QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS



Fonte: UNICAFES, 2018.

Ao serem questionados sobre sua participação em processos de formação promovidos por Organizações Solidárias, 57,5% dos jovens responderam que sim. As principais entidades citadas foram: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimentos Sociais e Cooperativas. Para a UNICAFES, indicaram como principais temas a serem tratados em processos de formação Cooperativista e de Gestão, conforme gráfico:

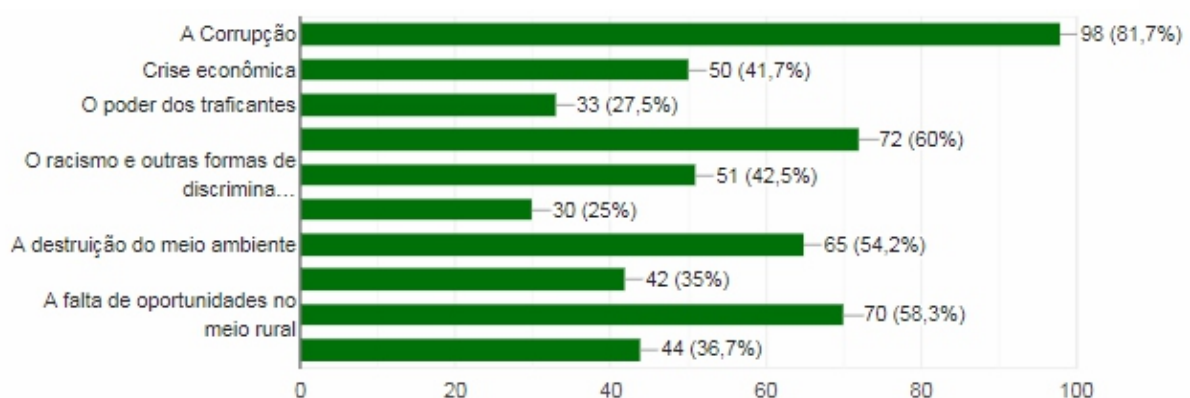
GRÁFICO 5 – PRINCIPAIS TEMAS DO PROGRAMAS DE FORMAÇÃO



Fonte: UNICAFES, 2018.

Preocupa a um grande percentual dos jovens os rumos que a economia brasileira vem assumindo, destacam-se respostas vinculadas a preocupação com contexto nacional:

GRÁFICO 6 – PROBLEMAS DO CONTEXTO NACIONAL



Fonte: UNICAFES, 2018.

Transformar a sociedade rumo ao desenvolvimento sustentável, com inclusão dos jovens nos processos produtivos é de grande importância para o desenvolvimento do Cooperativismo Solidário e se constitui num desafio a ser superado.

Os principais desafios da Juventude na Economia Solidária:

1. Sustentabilidade econômico-ambiental;
2. Políticas Públicas voltadas para a autonomia econômica;
3. Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários;
4. Fortalecimento do protagonismo da juventude;
5. Cultura e comunicação como formas de emancipação da juventude;
6. Respeito à toda diversidade cultural, religiosa, étnica e sexual;
7. Maior participação nas universidades e projetos de extensão;
8. Fortalecimento da Agricultura Familiar através das Cooperativas;
9. Consumo Responsável e Equidade de direitos;
10. Geração de renda para permanência da Juventude no Campo.



A garantia de condições para a permanência da juventude no campo é um desafio não apenas do Brasil, mas de todo o mundo. Questões como o direito a terra e assistência técnica, o acesso ao crédito e à comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas estão presentes no dia a dia da juventude rural. A garantia da renda é fundamental, mas a decisão de ficar ou sair do campo vai muito além. Fatores como, a inclusão digital e o acesso à educação do campo, à cultura, ao esporte, à saúde, isto é, as condições de cidadania e qualidade de vida no campo também afetam a decisão de permanecer no meio rural.

O Cooperativismo Solidário deve fundamentar-se na participação da juventude nas suas estratégias de organização e representação institucional. Nesta perspectiva, a UNICAFES desenvolve políticas prioritárias para a juventude, orientado a articulação para incidência em Políticas Públicas para o fortalecimento deste segmento, fortalecendo sua presença nos processos de organização Associativo, Cooperativo e autogestionário. Destacam-se propostas de ação que poderão orientar a multiplicação do conhecimento nas Cooperativas participantes do Programa Nacional de Educação:

- Educação de Qualidade

Assegurar a participação de pelos menos 50% jovens mulheres nos processos de educação complementar sobre cooperativismo, empreendedorismo rural, agroecologia e microcrédito. As capacitações serão orientadas pelos princípios da Educação Popular e de metodologias participativas, colocando a realidade do jovem rural como mediadora do processo de ensino e aprendizagem.



- Trabalho e Crescimento Econômico

Construir oportunidades de trabalho e renda para jovens agricultores(as), por meio dos princípios da produção agroecológica, que é sustentável dos pontos de vista ambiental, social e econômico. Além disso, o projeto irá viabilizar Fundos Rotativos de Crédito, onde os jovens poderão acessar microcréditos para alavancarem seus projetos desenvolvidos ao longo das capacitações.

- Redução das Desigualdades

Aumento da renda dos jovens rurais participantes do projeto. Possibilitar acesso ao conhecimento técnico, onde os/as jovens vão se capacitar e poderão multiplicar esse conhecimento em suas comunidades, permitindo que mais pessoas aumentem suas rendas, gerando condições de participação na Cooperativa, com inovações para investimentos em negócios dos jovens e para os jovens, sendo fundamental garantir atividades direcionadas e autônomas para este segmento.

- Capacitação

Fomentar a capacitação jovem em:

- 1) Cooperativismo
- 2) Empreendedorismo Rural
- 3) Produção Agroecológica
- 4) Acesso ao microcrédito orientado

Os princípios do Cooperativismo, constituição de Cooperativas, ramos do Cooperativismo, gestão e tributação de cooperativas, diferenças entre Cooperativismo e Associativismo, inserção dos jovens nas Cooperativas da Agricultura Familiar, inclusão sócio produtiva dos jovem na Agricultura Familiar. A seguir destacam-se algumas propostas que poderão ser trabalhadas com a juventude Cooperativista nas diversas regiões do Brasil.

Comunicação e Autonomia do Jovem

- Promover uma Campanha digital de valorização e apoio a Juventude Rural.
- Desenvolver jovens nas temáticas de comunicação popular e mídias sociais
- Promover intercâmbios locais entre os jovens vinculados às Cooperativas.
- Promover três intercâmbios regionais entre as UNICAFES Estaduais.
- Elaborar um curso à distância (curta duração) direcionado às lideranças jovens das Cooperativas filiadas.
- Criar um Comitê Jovem Cooperativista dentro do Sistema.

Fóruns Locais e Nacional

- Aplicar uma pesquisa nacional para elaboração do perfil socioeconômico dos jovens atendidos.
- Reuniões bimestrais via internet entre os jovens nas regiões do país para encaminhamentos e trocas de experiências.
- Reuniões trimestrais do comitê jovem via internet para encaminhamentos e troca de experiências.

Educação Financeira

- Desenvolver fundos rotativos solidários nas regiões do país financiados pelas Organizações do sistema ou parceiros externos.
- Incidir junto ao SAFC/MAPA para elaboração de editais de assistência técnica para 3 regiões do país.
- Formalizar localmente parcerias entre Cooperativas do Sistema e Escolas Família Agrícola para promoção de assistência técnica e estágios nas filiadas.
- Promover em parceria com as Cooperativas de Crédito a Semana da Educação Financeira para Juventudes Rurais.

Cooperativismo Solidário

- Promover capacitação sobre sucessão familiar e Cooperativismo Solidário
- Trabalhar em específico o tema de Programas como PRONAF Jovem, PNCF, PNAE e outras políticas públicas.
- Promover mutirões para acesso à DAP jovem ou acessória para jovens filiados ao Sistema UNICAFES.
- Promover dias de campo com as Escolas Família Agrícola nas regiões.
- Elaborar um banco de informações e divulgação de boas práticas da juventude na agroecologia.

- Desenvolvimento dos Cooperados

A viabilidade e a qualidade das atividades de seus cooperados são fatores críticos para a continuidade e crescimento das Cooperativas. Além disso, são objetivos das Cooperativas: prestar em serviços aos seus cooperados e contribuir para o seu desenvolvimento econômico. Portanto, a Cooperativa deve promover o desenvolvimento de seus cooperados, por meio de ações de educação, formação e informação, para que esses possam melhorar a qualidade de seus processos, produtos e serviços e aumentar a rentabilidade de sua atividade.

Ao promover o desenvolvimento dos seus cooperados, a Cooperativa está praticando o quinto princípio Cooperativista, Educação, formação e informação, que estabelece que “as Cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que esses possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas Cooperativas”.

A realização de ações para o desenvolvimento do cooperado também incentiva sua aproximação com a Cooperativa, bem como contribui para aumentar sua participação, seu senso de pertencimento e o desenvolvimento dos negócios.. É exemplo comum de ação de promoção do desenvolvimento dos cooperados, a assistência técnica prestada pelas Cooperativas do ramo Agropecuário aos produtores rurais que fazem parte do seu quadro social.

O desenvolvimento dos cooperados deve ser um dos processos da cooperativa e não apenas uma ação pontual e sem continuidade. Ele deve ser conduzido por meio de práticas regulares e padronizadas, que incluem o planejamento, a execução e a avaliação.

Ao planejar quais ações irá promover, a Cooperativa deve considerar as necessidades e expectativas dos seus Cooperados, visando à realização de ações atrativas e que efetivamente contribuam para a melhoria das atividades dos Cooperados. As ações devem estar alinhadas às estratégias da Cooperativa a fim de contribuir para o alcance dos objetivos do negócio.

As ações, programas e outras iniciativas para aprimoramento dos cooperados são um diferencial primordial das Cooperativas em relação às sociedades mercantis, ampliando sua competitividade por meio do desenvolvimento econômico e social de seus membros.

- Inovação Organizacional

As Cooperativas necessitam garantir a realização de estratégias inovadoras que visem facilitar a participação da juventude, tais como a elaboração de materiais e a realização de eventos específicos para ampliar e garantir a maior presença da juventude no Cooperativismo Solidário.

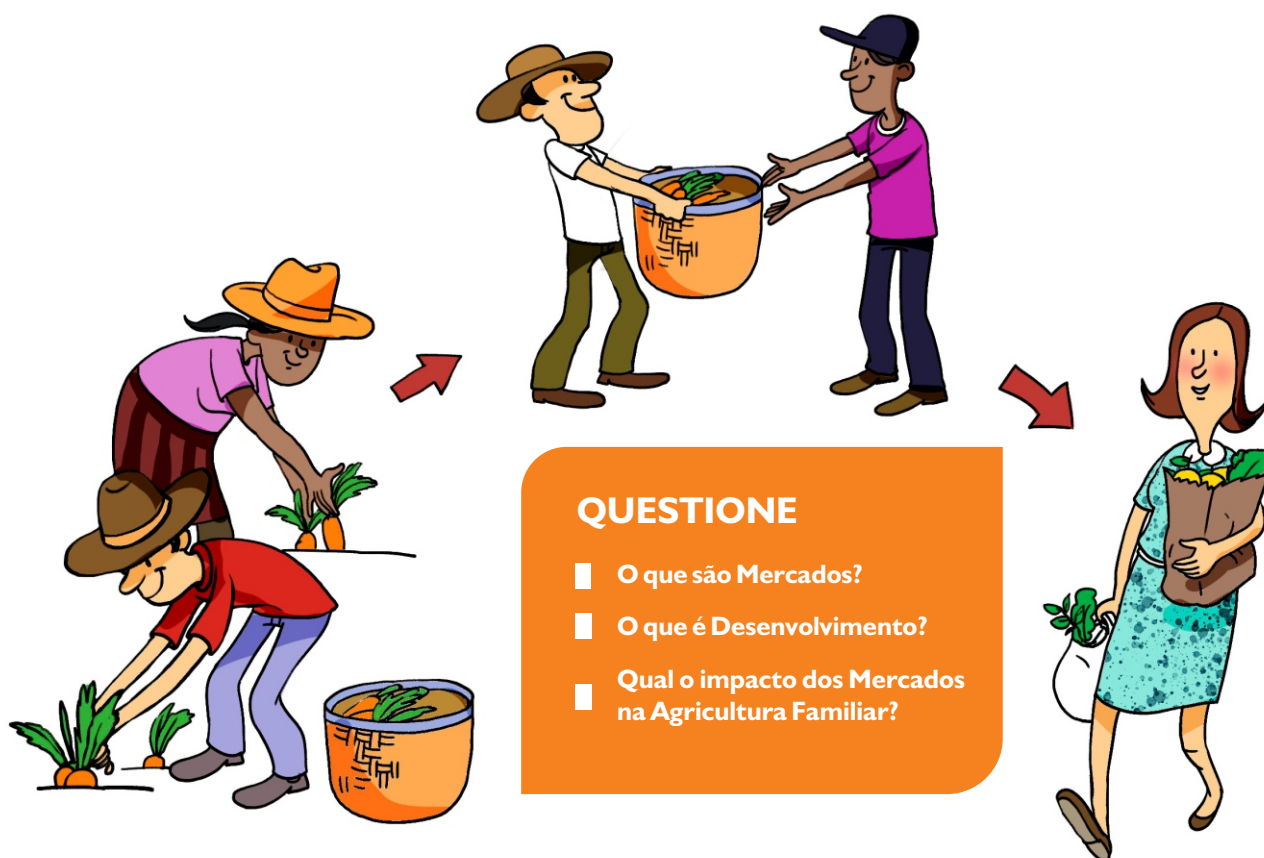
5. MERCADOS COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO

As discussões acerca do papel dos mercados no processo de desenvolvimento rural centrado na Agricultura Familiar remetem, num primeiro momento, à reflexão sobre algumas questões norteadoras, entre as quais se destacam: o que entendemos por desenvolvimento e mais precisamente, por desenvolvimento rural; o que entendemos por Agricultura Familiar; qual o impacto dos mercados na Agricultura Familiar e para o Desenvolvimento Rural; o que são mercados; quais os tipos de mercados para a Agricultura Familiar; inclusão e mercados.

Respostas para estas perguntas evocam várias premissas presentes na literatura, nem sempre de modo consensual. Entretanto, evidenciam uma perspectiva de análise que entende o meio rural enquanto um espaço de vida e não meramente um espaço de produção agropecuária. Em primeiro lugar, mercado não é sinônimo de Capitalismo ou Economia Liberal. Os agricultores não são avessos ao mercado, precisam de mercados.

O Capitalismo é um ambiente hostil para os agricultores familiares. Ocorre uma metamorfose das estratégias de reprodução quando os agricultores acessam os mercados. O acesso aos mercados evidencia diferentes graus de mercantilização e o desenvolvimento rural é uma luta por autonomia, inclusive nos mercados. Nesse sentido, defende-se a tese de que, para além da diversificação produtiva, a diversidade das trocas mercantis é uma importante estratégia de reprodução social da Agricultura Familiar e de promoção do desenvolvimento rural.

No processo de reprodução social da Agricultura Familiar, as trocas mercantis assumem um importante papel. O processo de mercantilização se intensifica à medida que os Agricultores focam mais dependentes da relação que estabelecem com os mercados, seja para compra de insumos, acesso ao crédito e comercialização da produção. Assim, um dos desafios é justamente compreender os “arranjos institucionais” dos mercados.



Uma das primeiras tarefas é compreender o que é mercado. Entende-se que o mercado é muito mais complexo do que a definição clássica que o trata como um mecanismo abstrato e autorregulado em função das variáveis “preço, oferta e demanda”.

As redes Cooperativas facilitam também o acesso às políticas públicas, incentivam o processo de organização social e econômica nos diferentes níveis. De um lado, as redes ampliam a escala produtiva e capacidade de captação de recursos e, de outro, reduzem os custos financeiros. Além de aproximar as organizações dos seus beneficiários, estimulam a responsabilidade solidária, elemento chave no exercício do controle social e na gestão participativa.

Há algumas obras fundantes que nos ajudam a compreender alguns elementos necessários à discussão. Um primeiro elemento consiste em compreender quem são os vendedores e compradores em se tratando de produtos agropecuários.

No Brasil, existem os seguintes grupos de vendedores:

- 1,1 milhão de agricultores empresariais, patronais e empresas (Cooperativas e Agroindústrias) que focam na exportação, bem como, Agricultores Familiares em transição para patronais, também voltados para exportação e mercado interno.
- 1,9 milhão agricultores familiares com pouca ou nenhuma renda, baixa ou nenhuma participação no mercado e produção, principalmente, de autoconsumo.
- 1,4 milhão de agricultores familiares capitalizados e estruturados que destinam sua produção para exportação e mercado interno.
- 850 mil agricultores familiares com pouca inserção nos mercados, baixa capitalização e pouca assistência técnica.



Tradicionalmente, a relação entre vendedores e compradores consistia em quatro formas:

- Acesso direto no mercado local e informal;
- Intermediação via atravessador;
- Integração com a agroindústria e;
- Compras por parte do poder público.

Essa relação está ficando mais complexa à medida que surgem diversas tipologias de mercados acessados pela Agricultura Familiar, tais como *commodities*, especialidades, orgânicos, artesanais, solidários e institucionais. Cada tipologia apresenta perfis e desafios diferenciados.



De acordo com a tipologia de mercados da Agricultura Familiar, existem diferentes formas de regulação que são decisivas no processo de troca:

- Mercados de proximidade (confiança + amizade);
- Mercados locais e territoriais (procedência + preços);
- Mercados convencionais (contratos + preços);
- Mercados públicos e institucionais (contratos públicos + leis).

Desafios dos Agricultores Familiares para se inserir ou participar dos diferentes Mercados:

- Capacitação (experiência para produzir e comercializar);
- Organização (superar a atomização);
- Assistência técnica (para produzir e comercializar);
- Coordenação das transações (parcerias para inserção nos mercados);
- Controle de segurança dos alimentos (aumento das exigências).



Nas Cooperativas é fundamental fortalecer o papel e missão deste segmento e os mercados podem ser uma importante estratégia de inclusão produtiva e social:

- No desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento dos agricultores e luta por autonomia frente às grandes empresas que dominam o processo de aquisição e distribuição de alimentos;
- Na aquisição de insumos, garantindo um grau de barganha nas negociações e defendendo modos de produção alternativa, agroecológica, orgânica, promovendo assim, a inclusão por meio do Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Na construção de novas estratégias de intervenção no processo de construção social dos mercados para a agricultura familiar;
- Na busca por **novos canais de comercialização** também fora do escopo dos impérios alimentares e fora do domínio das empresas;
- Na organização de **Cooperativas de Consumidores** insatisfeitos com as formas tradicionais, seja por questões de preço ou qualidade.

Os negócios que alimentam as Cooperativas e a inclusão só podem ser praticados com a execução de negócios sustentáveis!



A segmentação do mercado e a definição dos clientes-alvo são pontos básicos para se identificar, analisar e compreender as necessidades e expectativas dos clientes. Cada tipo de cliente possui necessidades e expectativas próprias. Os clientes-alvo são aqueles para os quais os esforços comerciais estão prioritariamente dirigidos.

A segmentação divide o mercado em subgrupos de clientes para proporcionar um conhecimento uniforme das suas necessidades e expectativas, permitindo que a Cooperativa atue de forma diferenciada, oferecendo o que o cliente de fato deseja. A segmentação pode ser realizada com base em diversos critérios, tais como:

- Demográficos (idade, rendimento, sexo, escolaridade, ocupação entre outros);
- Geográficos, sociais e econômicos, comportamentais (estilo de vida);
- Comerciais (rentabilidade, quantidades adquiridas, porte).

Após a segmentação do mercado, a Cooperativa deve identificar os seus clientes alvo. Em cada segmento identificado, a Cooperativa deve analisar os clientes atuais e potenciais, verificando a sua relevância em relação à contribuição para o faturamento, à sua importância estratégica ou política nos negócios ou em relação a outros fatores pertinentes, a fim de identificar aqueles para os quais os esforços comerciais devem ser direcionados.

As práticas de gestão utilizadas para identificarem as necessidades e expectativas dos clientes devem estar diretamente relacionadas às estratégias da Cooperativa para que se tornem eficazes.

Para produtos personalizados, por exemplo, é comum a Cooperativa utilizar uma ferramenta que acumule rapidamente informações sobre as necessidades dos clientes e as coloque disponíveis para os responsáveis por desenvolver, produzir e entregar o produto.

É fundamental que a Cooperativa estabeleça métodos formais para identificar as necessidades e expectativas dos seus clientes, e utilize as informações obtidas na melhoria de seus produtos, serviços e processos, visando ao aumento da satisfação e sua fidelização.



TIPOLOGIA DE MERCADOS

Os estudos sobre os mercados e as análises dos desafios da Agricultura Familiar e suas relações com os mercados vem se desenvolvendo e ampliando. Talvez até em decorrência e/ou por influência das políticas públicas de compras institucionais desenvolvidas no Brasil. A problematização dos mercados e a discussão sobre a inserção dos agricultores familiares ainda gera um certo desconforto e inquietude, especialmente, por parte daqueles que percebem os mercados como sinônimo de capitalismo ou de economia de mercado. No entanto, a inserção ou a relação dos agricultores nos mercados é um fato dado e observável cotidianamente. Raros são os agricultores que vivem de forma autóctone e não realizam trocas simples ou até mesmo se relacionam com mercados mais complexos.

Os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas, os seus valores e sua cultura, moldam e modificam instituições e são motivo para conflitos, protestos e disputas. Na medida em que os mercados assumem estas características sociais, reúnem as condições para serem interpretados como um fato social, que é toda a manifestação de caráter coletivo e coercitivo que influencia as atitudes, os valores e a ação dos indivíduos. Atualmente destaca-se a importância da organização produtiva e comercial das Cooperativas da Agricultura Familiar.

Passos fundamentais para crescimento comercial de uma Cooperativa:

- 1 – Realizar prospecção e pesquisa de mercado.
- 2 – Fazer um mapeamento e planejamento produtivo.
- 3 – Organizar os Sistemas produtivos garantindo qualidade.
- 4 - Construir estratégias de agroindustrialização.
- 5 – Garantir continuidade, qualidade e quantidade.



Existem vários canais de produção e comercialização para a Agricultura Familiar. Nem sempre as Cooperativas aproveitam as diversas oportunidades existentes no mercado local, regional e nacional. Reflita com sua Cooperativa sobre os canais de comercialização que são acessados.

Feira da Agricultura Familiar

Canal de comercialização direta entre agricultores e consumidores. A feira é uma das formas mais antigas de mercado livre de produtos agrícolas. Além de garantir um retorno econômico às famílias, que vivem no campo proporcionam um espaço agradável para os consumidores dos centros urbanos, que buscam cada vez mais qualidade de vida por meio de uma alimentação saudável. A feira incentiva que os agricultores diversifiquem as culturas em suas propriedades e a produção de alimentos saudáveis

Plataforma da Comida

Articulação regional exercida inicialmente por meio da interação entre campo e cidade em torno do alimento saudável. Esse espaço busca discutir os objetivos da produção – tipos de produção – base tecnológica – relações no processo de produção – e, as relações entre a produção e consumo, através da reconstrução social dos mercados. A relação entre produção e consumo de alimentos não pode ser simplesmente alicerçada na perspectiva mercadológica privada com objetivo do lucro, e sim, envolver outras dimensões não capitalistas, como: preço justo, saúde, valorização cultural, respeito ao meio ambiente e ao próximo. Essa construção fundamenta o planejamento produtivo e a entrega de cestas de produtos aos participantes deste Programa.

Pontos fixos de Comercialização

Os pontos fixos são espaços permanentes ou pré-estabelecidos onde se encontram os produtos ou serviços oriundos dos empreendimentos de Economia Solidária e Agricultura Familiar; geralmente são expostos produtos ou serviços de mais de um produtor (a) e a gestão do espaço é coletiva, realizada por representante dos empreendimentos envolvidos. Os pontos fixos de comercialização têm por objetivo, dentre outros, promover e estimular a comercialização de bens e serviços produzidos pelas Cooperativas, a partir de uma relação comercial baseada nos princípios da Economia Solidária e do Comércio Justo e Solidário.

Rodadas de Negócios

Rodadas de negócio têm por objetivo criar oportunidades de negócios por meio de rápidos encontros empresariais, com interesses complementares e afins. As empresas são colocadas frente à frente, com horários previamente agendados, em uma mesa de negociação individual, de acordo com suas necessidades e perfil de atuação. Durante uma rodada de negócios, é possível comprar e vender produtos e serviços, trocar informações, conhecer mercados potenciais e ampliar a cadeia de fornecedores.





Comércio Justo

Trata-se de um movimento social e uma modalidade de comércio internacional que busca o estabelecimento de preços justos, bem como, padrões sociais e ambientais equilibrados nas cadeias produtivas, promovendo o encontro de produtores responsáveis com consumidores éticos. O Comércio Justo procura criar os meios e as oportunidades para melhorar as condições de vida e de trabalho dos produtores, especialmente os pequenos produtores desfavorecidos. Sua missão é promover a equidade social, a proteção do ambiente e a segurança econômica por meio do comércio e da promoção de campanhas de conscientização.

Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)

O conceito de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), apresenta uma prática de sucesso para um desenvolvimento agrário sustentável e o escoamento de produtos orgânicos de uma forma direta ao consumidor, criando uma relação próxima entre quem produz e quem consome os produtos.

A CSA articula um trabalho conjunto entre produtores de alimentos e consumidores: um grupo fixo de consumidores se compromete por um ano (em geral) cobrir o orçamento anual da produção agrícola. Em contrapartida, os consumidores recebem os alimentos produzidos pelo sítio ou fazenda sem outros custos adicionais. Desta forma, o produtor sem a pressão do mercado e do preço, pode se dedicar de forma livre a sua produção. Os consumidores recebem produtos de qualidade, sabendo quem os produz e aonde são produzidos.

Intercooperação Comercial

A intercooperação horizontal ocorre entre Cooperativas que se encontram em um mesmo nível de classificação organizacional (Singulares - Singulares) a fim, de priorizar a parceria Cooperativista (quando estas são de segmentos diferentes) buscando reduzir custos e acessar mais produtos e serviços quando estas atuam em um mesmo segmento.

Já a intercooperação vertical, ocorre quando as Cooperativas participam de um nível superior de organização (Singulares – Centrais – Federações – Confederações). Surge para que ganhem em representação regional, nacional e internacional, solidificando a marca e consolidando-se no mercado. Além disso, Cooperativas que estão em redes verticalizadas possuem maior poder de negociação política diante das demais empresas e de órgãos representativos.

As Cooperativas devem possuir mecanismos para divulgar seus produtos e serviços, de forma que sejam conhecidos e reconhecidos pelos clientes e mercados. Com essa finalidade, podem ser estabelecidos planos de comunicação, definindo a utilização de diversos meios.

Veja os principais:

- Veiculação de anúncios nas mídias tradicionais;
- Materiais por meio físico – publicações, folhetos, catálogos;
- Mídias digitais – portais na internet, mensagens eletrônicas e redes sociais;
- Patrocínio e participação em eventos – feiras e cursos;
- Visitas aos clientes.



Dependendo do porte da Cooperativa, a centralização da divulgação para o público externo por assessoria de imprensa ou agência de publicidade é prática usual para assegurar a clareza e a autenticidade das informações que são passadas.

A imagem se forma para o cliente com base nas experiências, nos conhecimentos e nas impressões que ele tem em relação à Cooperativa. Depois de todo o processo de divulgação de seus produtos e marcas, qual é a imagem que o cliente faz da Cooperativa? Será que faz da Cooperativa aquela imagem que ela gostaria que fizesse?

O relacionamento com clientes é um recurso fundamental para a gestão das suas necessidades e expectativas, bem como para o desenvolvimento de novos negócios. A satisfação está associada a um sentimento de prazer ou de desapontamento por parte do cliente, resultante da comparação do desempenho esperado pelo produto ou serviço com as suas expectativas.

Uma avaliação eficaz deve fornecer informações confiáveis sobre os atributos do produto ou serviço e das atividades a ele relacionadas, segundo a visão do cliente, bem como sobre a relação entre essa visão do cliente e a probabilidade de suas ações futuras relacionadas à recompra e ao fornecimento de referências positivas para a organização. A satisfação do cliente pode ser considerada uma questão de análise da expectativa versus desempenho.

As Cooperativas que buscam a excelência sabem que conquistar novos clientes custa muito mais caro do que manter clientes já existentes. Assim, a busca da lealdade/fidelidade é economicamente mais interessante. A satisfação, tratada de maneira isolada, não é suficiente para garantir a fidelidade do cliente. Quem pode garantir que um cliente satisfeito vai voltar a comprar o produto ou o serviço? Mas, a satisfação já é um bom início para ter a sua lealdade, pois não é usual que um cliente insatisfeito volte a comprar.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA COOPERATIVA

Este tema aborda os processos gerenciais utilizados para obter referenciais comparativos, analisar o desempenho da Cooperativa e para acompanhar a implementação das decisões. A análise do desempenho avalia o alcance das estratégias e objetivos da organização, com base nos resultados de indicadores e outras informações utilizadas para a mensuração do desempenho referente:

- Valor agregado às partes interessadas pela organização;
- Realização efetiva e no prazo da sua estratégia;
- Perfeição de desempenho de seus processos organizacionais.

O desempenho global não é, portanto, a mera soma do desempenho dos setores e das unidades de uma organização – como diz o ditado, “a soma dos ótimos não gera necessariamente o bom”. O sistema de medição deve mostrar se os efeitos procurados na formulação das estratégias e na performance dos processos organizacionais foram alcançados de forma equilibrada. Geralmente, os indicadores de uma organização são definidos em três níveis:

- Nível Estratégico

Indicadores usados para avaliar os principais efeitos da estratégia nas partes interessadas e nas causas desses efeitos, refletindo os objetivos e as ações que pertencem à organização.

- Nível Gerencial

Indicadores utilizados para verificar a contribuição dos setores (departamentos ou unidades) e/ou dos processos organizacionais à estratégia e para avaliar se esses setores e/ou processos buscam a melhoria contínua de forma equilibrada.

- Nível Operacional

Indicadores que servem para avaliar se os processos e/ou padrões gerenciais individuais estão sujeitos à melhoria contínua e alinhados com a busca da excelência.

Para avaliar sua competitividade, a Cooperativa deve obter informações comparativas para avaliar seus resultados. Essas informações servem como parâmetros quantitativos que, quando comparados com os principais resultados obtidos, habilitam a Cooperativa a saber como está posicionada em relação aos competidores e aos melhores do ramo, setor ou mercado além, de permitir, a identificação de diferenciais competitivos favoráveis e desfavoráveis.

A análise do desempenho é fundamental para que a Cooperativa identifique se a sua missão está sendo cumprida e se os objetivos definidos estão sendo atingidos e, em última instância, se o caminho em direção à sua visão está conforme planejado e no prazo previsto.



A análise é normalmente realizada por intermédio de reuniões específicas, conduzidas pelos dirigentes com o suporte dos sistemas informatizados, contendo as principais informações discutidas na etapa de preparação. A base para a reunião são os resultados dos indicadores de desempenho que refletem os objetivos estratégicos.

Os desvios devem ser entendidos e analisados até se chegar à causa-raiz, a partir da qual ações corretivas devem ser implementadas. Essa análise profunda e detalhada pode não ser realizada na própria reunião de análise do desempenho, mas definida como uma pendência a ser solucionada nos níveis mais operacionais da Cooperativa.

6. MODELO DE INCLUSÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

No Modelo de Inclusão do Cooperativismo Solidário está contida a fundamentação que orientam a organização e as práticas das Redes de Cooperação. As estratégias de inclusão social, cultura, produtiva e econômica, são máximas transversais que influenciam o formato organizacional das Cooperativas Solidárias. Estes diferenciais são um forte mecanismo para o fortalecimento da relação com os associados e parceiros comerciais.

Os princípios do Cooperativismo Solidário vinculam-se a diretriz de inclusão social. Saber fazer Cooperativismo para promoção do desenvolvimento social e econômico é um desafio, mas também a principal oportunidade para movimentar e animar a participação ativa dos associados nas Cooperativas. O sucesso econômico de uma cooperativa deve ser medido pelo sucesso social e pelos indicadores de inclusão promovidos pelo empreendimento. As sobras de uma Cooperativa necessitam ser paralelas a satisfação dos associados.

Esse modelo de desenvolvimento tem promovido várias ações de inclusão. Estas ações são verificadas na estratégia de organização, nos mecanismos de promoção da participação autônoma, na gestão participativa descentralizada, na diversificação produtiva e nos mecanismos inclusivos de agroindustrialização com acesso aos mercados.

Estas ações têm proporcionado a inclusão social de milhares de pessoas no Meio Rural e Urbano, comprovando a importância das cooperativas para a promoção do desenvolvimento com inclusão social. As práticas de inclusão do Cooperativismo Solidário superam o cumprimento de atividades assistencialistas ou compensatórias, pois articulam a promoção do desenvolvimento com fomento ao empoderamento, emancipação e controle social.

Inclusão: uma ação do Cooperativismo Solidário

No processo de interação social é fundamental dialogarmos sobre as estratégias de inclusão do Cooperativismo Solidário. A inclusão social é uma ação vital e um mecanismo essencial no fomento e fortalecimento das Cooperativas. A promoção de ações constantes de fomento da gestão social, com processos inclusivos de formação, que garantam promoção e empoderamento dos associados é o grande diferencial do Cooperativismo Solidário. Este fato é defendido por todas as lideranças Cooperativas, mas sua execução exige forte comprometimento diante do cenário interno e externo, demandando forte e constante reflexão sobre o que realmente significa "sucesso cooperativo".

- **Inclusão na Agricultura Familiar:** A Agricultura Familiar é o principal público das Cooperativas Solidárias e nesta Agricultura milhões de pessoas ainda se encontram na miséria. Embora este segmento seja responsável pela produção da maioria dos alimentos, destinados alimentação da população brasileira, verifica-se que percentual considerável destes Agricultores, ainda se encontram sem condições mínimas de vida digna, sendo necessário inovar no fortalecimento das organizações, que tem como missão incluir este público, implantando políticas de apoio à este processo organizativo.

Inclusão: uma ação de Interesse Público

Nas relações externas e representativas, as estratégias de inclusão lançam as lideranças para processos de articulação junto aos organismos públicos, demandando um conjunto de programas e marcos que facilitem o desenvolvimento de ações inclusivas. Este material sugere alguns pontos de análise para que as lideranças possam se posicionar no cenário local e regional:

- **Estado/ Sociedade:** O terceiro setor desenvolve diversas iniciativas para o desenvolvimento do campo e da cidade promovendo combate a situações de miséria e gerando inclusão social as populações inseridas. No entanto, ainda não existe um marco legal específico para este setor, sendo este um ponto fundamental que necessita passar por processos de revisão o instrumentalize na promoção do desenvolvimento com interação social.
- **Governo/Cooperativas:** É necessário que o Estado compreenda este processo e estabeleça programas de formação, fomento, organização Cooperativa, com foco no público com necessidade de inclusão.

Inclusão: ação de Empoderamento Social

Embora o Cooperativismo Solidário seja composto essencialmente por integrantes de Movimentos Sociais do Campo, a temática de Gênero e Geração esteja bastante avançada, isso não se reflete na realidade das Cooperativas, onde o protagonismo da juventude e das mulheres, agregou poucos avanços nas últimas décadas. Sendo uma condição fundamental para que o Cooperativismo seja Solidário, essa realidade precisa ser modificada e fortalecida ampliando assim, as oportunidades de empoderamento e inclusão deste público nas Cooperativas.

- Como é a participação de mulheres e jovens na sua Cooperativa?
- O que deve ser realizado para melhorar a equidade de gênero e geração na sua Cooperativa?

Inclusão Produtiva: uma nova Agenda Agroalimentar

O Sistema Agroalimentar tem sido marcado desde a Revolução Verde pelo crescimento produtivo com uma intensa instabilidade nos preços das *commodities* agrícolas, cujas consequências foram mais perceptíveis nos países menos desenvolvidos. Além dos impactos causados por desequilíbrios entre oferta e demanda, aos poucos as operações financeiras ganharam relevância para interpretar a evolução dos mercados e a crescente volatilidade dos preços de *commodities* e suas implicações para as perspectivas de segurança alimentar global.

A expansão geográfica dos sistemas agroalimentares, ao longo de mais de três décadas, conduzida por capitais multinacionais e amparada por uma crescente liberalização dos mercados, lançou as bases para uma aproximação entre o comércio e o sistema financeiro e o processo de globalização. Com isso, os preços agrícolas deixaram de responder apenas aos estímulos da esfera real de oferta demanda, e passaram a refletir a crescente conversão das *commodities* em ativos da esfera financeira, com sérias implicações para o comércio causando enorme insegurança alimentar:

O capital está transformando os alimentos numa mera mercadoria de negócio – AGRONEGÓCIO. Na Agricultura Familiar esse negócio passa pela produção de alimentos como uma cultura – AGRICULTURA.

Desde meados do século XX, o sistema agroalimentar vem passando por grandes transformações que causaram impactos nas relações entre a produção e o consumo de alimentos. Com isso, surgiram diversas reivindicações de aproximação entre quem produz e quem consome, trazendo à tona novas questões, como as críticas ao “distanciamento” e à “desconexão” entre as esferas da produção e do consumo. Assim como entre seus atores, sendo um desafio das Cooperativas organizar produção e circulação da produção de alimentos saudáveis com conexões entre a Agricultura Familiar e os Consumidores.

As Cooperativas precisam defender a “alimentação saudável como direito, como um ato em defesa do Desenvolvimento Sustentável”. Existem outras alternativas! A articulação das Organizações da Agricultura Familiar possui diversas propostas, que buscam novos rumos para a agricultura e a humanidade, destacam-se prioridades:

- Fortalecer o princípio de que os alimentos não podem ser tratados como uma mercadoria qualquer. A humanidade necessita garantir o direito fundamental das pessoas se alimentarem.
- O comércio agrícola deve estar subordinado ao conceito de que a soberania alimentar é um direito de todos os povos. Todos os países devem se desenvolver políticas de apoio à produção local de alimentos.
- A produção de sementes são um patrimônio da humanidade. A produção de sementes necessita ser democrática. Todo agricultor, em qualquer parte do mundo tem o direito de produzir suas sementes e plantar.
- As Cooperativas necessitam assumir essa nova agenda alimentar como inovação vinculada a um projeto de desenvolvimento sustentável para a Agricultura Familiar. De maneira geral os consumidores tem valorizado mais a Agricultura Familiar, e esse momento pode ser uma oportunidade de inclusão e crescimento para este segmento organizacional.

CAPÍTULO 2

momento **PROBLEMATIZAÇÃO**

Nesta fase, o conhecimento compartilhado precisa ser questionado pelos participantes a partir da realidade das Cooperativas. O PECSOL tem como missão facilitar a multiplicação do conhecimento sendo fundamental a problematização dos conteúdos teóricos percorridos no material.

Apreender e questionar a fundamental para que a multiplicação da aprendizagem nas Cooperativas possa ser efetiva. A problematização é fundamental para garantir maior viabilidade e concretização das teorias estudadas e potencializar a aplicação junto às Cooperativas, adequando as abordagens a realidade dos participantes.

A problematização fortalece a “consciência crítica”. Uma atitude, conduta, comportamento que tomamos de refletir sobre a realidade à nossa volta. Esse processo amplia o nível de consciência que temos dos fatos, eventos e objetos à nossa volta. Participar de atividades que fomentam a análise crítica de fatos e atos que acontecem em nosso cotidiano é fundamental para construção de propostas sustentáveis de desenvolvimento.

Ao abordar esses conceitos, o material fará com que você reflita sobre a nossa realidade, sobre como as pessoas tendem a se comportar perante os fatos sociais, políticos, econômicos e tecnológicos, ou seja, perante a realidade imposta pelas ideologias dominantes. Principalmente, as que estão presentes nos Sistemas de Governança Cooperativista.

I. O COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO E SUAS PERSPECTIVAS

Neste tópico, dentre outros assuntos, também será abordada a temática Gênero e Geração em pontos separados, buscando aprofundar questões específicas relacionadas a juventude e mulheres rurais.

O protagonismo da juventude e das mulheres no Cooperativismo agregou poucos avanços nas últimas décadas, fato que pode ser explicado pela concentração da governança nos homens e nas pessoas com maior idade, limitando as cooperativas ao perfil de Governança Tradicional. O maior envolvimento dos jovens e das mulheres na gestão cooperativa demanda, abertura, formação e maior espaço para os diferentes.



Na estratégia formal de governança da Unicafe, Jovens e Mulheres estão organizados nacionalmente, por meio da Secretaria de Jovens e Mulheres, com presença reconhecida no Conselho Administrativo da organização. No entanto, este espaço necessita ser fortalecido e multiplicado nas Cooperativas e redes locais.

Avanços organizativos das Mulheres

No Brasil, a vigorosa organização e mobilização de mulheres trabalhadoras rurais ganhou destaque no processo da Constituinte, no final dos anos 1980, com a ampliação do direito à seguridade social por meio da garantia da aposentadoria.

Esta conquista representou a mais importante medida de distribuição de renda das últimas décadas. As trabalhadoras rurais conquistaram reconhecimento, embora a efetivação dos seus direitos seja demorada e não altere automaticamente a relação familiar e sua responsabilidade pelo trabalho doméstico.

Um dos desafios colocado para o Cooperativismo Solidário é capacidade de incorporar em seus pilares, o envolvimento das mulheres nas estratégias de produção, industrialização e gestão. Esse compromisso deve ser fortalecido com a implantação de ações de questionamento sobre a divisão sexual do trabalho, prevendo maior reconhecimento do trabalho doméstico e do cuidado familiar, geralmente desenvolvido pelas mulheres.

As iniciativas de Economia Solidária têm como vocação uma ação e visão mais ampla da economia, executando suas atividades para além do mercado. Porém, mesmo tendo esses pontos em sua estratégia vital, a Economia Solidária tem dificuldades em questionar a divisão sexual do trabalho, obtendo poucos avanços na inclusão e empoderamento das mulheres.



PARA REFLEXÃO...

- De que maneira compreendemos e adequamos as demandas à realidade vivenciada pelas mulheres nas Cooperativas?
- Temos feito isso de maneira crítica? Qual?
- Como está, de fato, a participação das mulheres em nossa Cooperativas? Apresente dados.

As maiores demandas dos grupos produtivos de mulheres estão concentrados no acesso a recursos para organização produtiva, capital de giro, diversificação dos espaços de comercialização, e aperfeiçoamento dos produtos.

Além disso, é necessário rever a capacitação, pensar a ampliação dos produtos e agregar valor. Os desafios do acesso à capacitação e ao crédito, limitam as oportunidades de agregação e valor, conseqüentemente diminuindo a força organizativa, produtiva e comercial das mulheres.

O QUE DIZ O REGIMENTO DA UNICAFES:

V. Valorização: Relações de gênero, geração e etnia

Valorizar relações inclusivas de gênero e geração com foco na inclusão de jovens, mulheres e idosos, aprofundando formas de interação com as diversidades étnicas.

Para o mundo selvagem "quem corre mais chora menos". Publicamos que "concorremos cooperando", que somos "solidários e não solitários", mas, o princípio da inclusão é facilmente distorcido pela ideologia do "mais forte". O Cooperativismo tem como diretriz o empoderamento para maior participação de mais jovens e mulheres, mas esta ação ainda é muito frágil.

A juventude é considerada como uma fase do desenvolvimento humano que requer direitos e deveres específicos. Neste subsídio, trabalhamos com a juventude vinculando-a sua idade cronológica, que no Brasil segue o padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos.

O debate sobre “juventude rural” é marcado pela imagem de uma juventude do campo que é atraída pela cidade, fascinada pela vida moderna. Esta imagem não é nova. Neste momento o Cooperativismo Solidário necessita rever a “Linha do tempo e suas Diretrizes” de inclusão, visto que os jovens na Agricultura o Cooperativismo da Agricultura terá grandes dificuldades de manter e fortalecer suas relações com o quadro social.

A dificuldade de inserção dos jovens nos espaços econômicos, seja no ambiente familiar ou cooperativo e a ausência de oportunidades de geração de renda, lança o “jovens rurais” numa comparação com os “jovens urbanos”, principalmente, sobre o mundo das oportunidades.

Essa comparação é tão desigual que tem provocado nos “jovens rurais” o sonho de tornarem-se “jovens urbanos”, como mecanismo para acesso a renda, as inovações tecnológicas, meios de lazer e espaços de cultura. De acordo com vários pensadores, os pressupostos que permitem a migração rural-urbana, encontram-se vinculadas a problemáticas de:

- Difusão do modo de vida urbano para além dos limites das cidades, implicando novos padrões de consumo e comportamento para populações;
- Precariedade socioeconômica da área rural, que não permite ou dificulta a conquista de melhores condições de vida para os jovens e suas famílias;
- Necessidade dessas populações de melhorar seus padrões de vida com a globalização e intensificação do desenvolvimento do capitalismo nas áreas rurais com a expropriação de terras e expansão de monoculturas altamente tecnológicas e capitalizadas”.



No contexto de crise da Agricultura Familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, os jovens rurais são afetados de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura.

A Secretaria Nacional de Juventude potencializa uma série de programas e ações voltados aos jovens. Ressalta-se que as políticas de desenvolvimento rural voltadas para a juventude não podem limitar-se à agricultura, tendo em vista que a agricultura familiar é multifuncional e pluriativa. Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos, assim sendo, suas rendas dependerão da agricultura, mas também de outras atividades que devem fortalecidas na Agricultura.

O desejo de ficar no campo surge a partir das relações cooperativas, organizacionais formadas a partir de grupos de jovens que reivindicam maior visibilidade e formulação de políticas públicas geradoras de renda, educação e lazer. Por isso, o Cooperativismo deve assumir a missão de ajudar a fortalecer a pauta da Juventude, pois esta ação além de apoiar a juventude, fortalece a inclusão deste público no ambiente cooperativado.

A atividade pluriativa que surge nos espaços de discussão entre os Grupos de Jovens tem direcionado à construção de um novo cenário na vida cotidiana, do local em que estão inseridos, um cenário marcado de atividades não agrícolas como a prática do artesanato na unidade de produção familiar. A motivação em manter-se no campo é impulsionada na direção da Cooperativa Solidária, como mecanismo que facilita protagonismo participativo e econômico.

A individualidade e a participação dos jovens só será produzida quando estiverem conquistadas as condições para estabelecer com autonomia, independência e apoio suas relações sociais. Ao invés de adversários, como se proclamava na sociedade industrial, somos todos diversidades; ao invés de exercermos funções no mundo, interagimos em relações heterogêneas. É preciso que razão e sensibilidade nos movam para o outro não exatamente para reproduzir uma ordem ou regra estabelecida, mas para impulsionar-lhe o passo, a manifestação, a participação e a criação. Se as diferenças são as marcas fundamentais das relações sociais, significa o rompimento de toda espécie de rótulos e preconceitos.

Na perspectiva de uma sociedade inclusiva, a tolerância deixa de ser característica das pessoas consideradas altruístas ou solidárias, passando a ser uma exigência de um comportamento que já estará inscrito na individualidade de cada um.



PARA REFLEXÃO...

- De que maneira compreendemos e adequamos as demandas à realidade vivenciada pelos jovens nas Cooperativas?
- Temos feito isso de maneira crítica? Qual?
- E como está, de fato, a participação dos jovens e nas Cooperativas? Apresente dados.

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

Os Fundos Solidários têm origem com as poupanças informais ou poupanças caseiras, construídas coletivamente por pessoas e grupos, devido ao não acesso aos Bancos Tradicionais. Essa poupança é formada por meio da doação voluntária de recursos por cada membro participante do fundo ou ainda pode ser constituída a partir de ações e recursos externos destinados à comunidade.

Os fundos solidários são formados por meio de arrecadações ou doações voluntárias de pessoas do grupo ou de fora dele, que constituem uma “poupança”, que é gerida coletivamente, e que, através de empréstimos, garantem a aquisição de bens ou serviços àqueles que pertencem ao coletivo. Os recursos podem ser diversos e dialogam com as necessidades e realidade de cada local, assim, o recurso de um fundo solidário pode ser dinheiro, sementes, animais, terra, serviços, equipamentos, etc.

Para que um grupo possa constituir um fundo, é preciso decidir de forma coletiva pela sua construção, definir pessoas que assumirão papéis em órgãos diretivos, pensar de onde virá o recurso, definir políticas e regras de funcionamento e instrumentos de controle. Depois disso, iniciam-se os empréstimos que, com a devolução dos recursos, darão origem a outros empréstimos, fazendo com que o recurso circule. Como em muitos casos o recurso provém dos próprios grupos, a rotatividade é uma condição para a existência do fundo, de modo que, se não houver devolução, o fundo esvazia e acaba.

Neste caso, a devolução, além de uma necessidade de manutenção do fundo, também é um ato solidário, de compromisso com o grupo. Outra opção (orientação que a experiência tem mostrado) é a decisão de manter uma percentagem do recurso (se este for dinheiro) em um fundo fixo. Na região sul, esta percentagem varia entre 10 a 20% do valor que é arrecadado, sendo atualizado anualmente.

Nos fundos solidários comunitários as pessoas são ao mesmo tempo gestoras e beneficiárias o que fortalece as dimensões da reciprocidade e do empoderamento coletivo. Essas experiências atuam como instrumentos de fomento à produção e cooperação, baseando-se na sabedoria e diversidade da cultura popular, fortalecendo a autonomia comunitária através de uma poupança que financia a liberdade das pessoas e quebra a lógica de “esperar que tudo venha pronto e de fora”.



CAPÍTULO 3

momento **INTERAÇÃO** |

Neste momento do curso, a Fundamentação já trouxe elementos teóricos e as questões de debate já foram expostas na problematização. A partir deste momento, somos convidados a propor um novo jeito de pensar para as Cooperativas na qual fazemos parte, buscando a inovação organizacional, com a captura e integração de técnicas e temáticas já presentes que necessitam ser qualificadas.

A interação e troca de ideias entre os participantes gera construção. A interação gera sistematização de conceitos e facilita a apreensão do conhecimento e a multiplicação das Cooperativas.

Implantar o conhecimento nas Cooperativas não é uma ação fácil, mas é o ponto mais instigante e necessário para que o Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL) alcance resultados. “Uma pessoa por si só possui dificuldades em construir inovações para o fortalecimento da sua Cooperativa, mas em grupo é possível trocar ideias e construir novas formas de praticar o conhecimento”.

Socializando sua percepção do Cooperativismo poderá ajudar outras pessoas a construir propostas oportunas para avançarmos na consolidação da gestão e da governança das Cooperativas Solidárias participantes.

Neste módulo realize um processo de interação sobre como funcionam as estruturas de poder de sua Cooperativa e memorize pontos importantes para consolidar a governança.

I. REFLEXÃO A PARTIR DAS TEMÁTICAS LOCAIS

Para promover a inclusão social, econômica e política de jovens e mulheres Agricultores Familiares, o Cooperativismo Solidário defende o fomento e estímulo a maior participação de jovens e mulheres nas atividades sociais, produtivas, culturais e econômicas, como priorização para acesso às políticas públicas de crédito, assistência técnica e comercialização. Pode-se então, afirmar que o Cooperativismo é um espaço adequado para enfrentamento às situações de exclusão a estes segmentos.

O percentual de jovens e mulheres rurais que "participam formalmente" nas atividades econômicas é bastante razoável, mas no cotidiano verifica-se que esta participação, tem pouca expressividade diante das decisões das unidades familiares e das Cooperativas.

2. O PAPEL DO JOVEM NO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

Para se criar e manter uma Cooperativa é essencial a participação dos cooperados, pois somente com a participação efetiva de todos se atingirá os objetivos sociais e econômicos da mesma. É possível avaliar o bom desempenho de uma Cooperativa em função do nível de participação dos associados, e isso incluiu os jovens. Refletir sobre as estratégias que a Cooperativa possui para melhorar sua relação com o quadro social é essencial para fortalecimento cooperativo, pois uma Cooperativa só tem razão de existir se os associados se considerarem incluídos e presentes no espaço e construção e decisão. Dentro da Cooperativa, o jovem pode contribuir para estimular o empreendedorismo e contribuir para melhorar o desempenho das técnicas de gestão mais modernas e focadas em mercados e produtos com maiores valores agregados.

Saber escutar o jovem e favorecer esse protagonismo é essencial para garantir inovação, qualificação e renovação do mundo Cooperativo.

O jovem Cooperativista pode ser pró-ativo como agente de transformação. Para isso necessita ter espaço para compartilhar seu conhecimento, sua capacidade e habilidades com outros jovens e adultos, para que possa criar uma força inovadora de transformação na comunidade e Cooperativa. A contribuição dos jovens é indispensável para o mundo cooperativo. Eles são mais do que meros receptores de serviços ou prestadores de trabalho que precisam ser inseridos. Os jovens representam fonte inesgotável de energia, talento e ideias que não se pode ignorar. A boa liderança necessita "pensar Jovem".

O jovem consciente das necessidades de sua comunidade pode identificar oportunidades de negócios, propor soluções, implementar projetos que envolvam outros jovens e ser multiplicador dos conhecimentos e da prática Cooperativista. Que ações sua Cooperativa desenvolve com os jovens? Quais poderia desenvolver?

AgroJovem Empreendedor

O MAPA através da SAFC – Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo, pode desenvolver este Programa para estimular e ampliar o conhecimento, e o protagonismo da juventude no Cooperativismo e Associativismo, por meio da informação, formação e capacitação com foco na gestão.

3. O PAPEL DAS MULHERES NO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

No contexto do Cooperativismo Solidário como referência para o desenvolvimento e consolidação de grupos organizados torna-se necessário analisar o lugar da mulher no movimento da Economia Solidária que está em pleno desenvolvimento. Atualmente, as mulheres correspondem a quase a metade da população rural. São mais de 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação. A maioria não contam com o devido reconhecimento da sua condição de Agricultora Familiar.

A valorização da mulher se expressa no pequeno acesso e posse da terra, na desvalorização da produção, no menor acesso aos circuitos de comercialização e na gestão das políticas públicas e das Cooperativas. Destacamos os principais Programas do Governo Federal.

CooperGênero

O MAPA através da SAFC – Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo, pode desenvolver o Programa de Gênero e Cooperativismo objetiva incorporar o componente de equidade de Gênero nas funções empresariais cooperativistas, e também, nos processos decisórios para a promoção da justiça social e dos direitos de todos os cidadãos.

Programa de Organização Produtiva

Este Programa possui destaque na Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), com diversas diretrizes para fortalecer as ações deste segmento. Importante que as cooperativas busquem mais informações sobre as atividades previstas neste Programa.

Compras Institucionais

As compras institucionais tem o objetivo de fortalecer a segurança alimentar e nutricional do público beneficiário, destinando no mínimo 30% das compras institucionais para a Agricultura Familiar via Programa Aquisição de Alimentos (PAA), e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



CAPÍTULO 4

momento **MULTIPLICAÇÃO**

Para que as temáticas dos cursos possam ser multiplicadas, o conhecimento necessita ser justificado, na qual a organização determina se o mesmo atingiu as expectativas previstas para o novo conceito.

Os conceitos são convertidos em ações concretas postas em prática nas Cooperativas, que pode assumir a forma do desenvolvimento de um produto concreto ou um mecanismo operacional no caso de inovações abstratas.

A função da organização no processo de criação do conhecimento é fornecer condições ambientais, sociais e tecnológicas que viabilizem a criação do conhecimento em nível organizacional.

O Processo de Multiplicação é uma fase fundamental da construção do conhecimento, somente com a multiplicação é possível tornar concreta a construção teórica na realidade das Cooperativas. Com a aplicação do conhecimento educando ganha a possibilidade de praticar as teorias e convidar mais pessoas para dialogar sobre as formas de construção social.

Com a multiplicação o educando (diretor) e a Cooperativa ganham, pois o tempo dedicado aos cursos se converte em tempo dedicado a Cooperativa com implantação de inovações para o aprimoramento da gestão e da governança nas Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

I. GÊNERO E GERAÇÃO

No módulo Modelo de Inclusão do Cooperativismo Solidário apresentamos propostas de inovações a serem multiplicadas e internalizadas:

Fundos Rotativos

Articular fundos rotativos solidários formados por meio de arrecadações ou doações voluntárias de pessoas do grupo ou de fora dele, que constituem uma “poupança” gerida coletivamente.

Ranking Social

Constituir um Ranking Social pontuando os Estados e Cooperativas que desenvolvam ações afirmativas para jovens e mulheres e divulgar este Ranking em todos os espaços do Cooperativismo.

Programas

Implantação de Programas de Gênero e Geração nas UNICAFES Estaduais e Cooperativas, objetivando fortalecer o trabalho produtivo e comercial destes segmentos sociais.

Políticas Públicas

Reformulação das Políticas de Comercialização da Produção Rural que já existem, ampliando a participação das jovens e mulheres.

Comunicação

Campanhas nos meios de comunicação que valorizem a vida no campo, contribuindo para superação de discriminações e mostrando a diversidade de gênero, raça e geração.

Inclusão Digital

Inclusão digital na zona rural com paridade de participação das jovens e mulheres e priorizando a estruturação de espaços de inclusão nas cooperativas, com cursos e plenárias para associados.

Eventos

Eventos de comemoração do Dia da Mulher Rural aos 15 de outubro, fortalecendo esta data como uma Marca do Cooperativismo.

Comunidade

Atividades Cooperativas nas Escolas do Campo com incentivo aos professores que trabalham na área rural, e em áreas de comunidades, e povos tradicionais, facilitando a abordagem da temática.

Fóruns/Comitês

Fóruns/Comitês para acompanhamento e controle social das políticas constituídas para maior inclusão de jovens e mulheres, valorizando estes grupos como protagonistas do Cooperativismo.

Inclusão

Incentivar normativas internas e estimular alteração nos Estatutos Sociais para integralização de cotas que possibilitem a participação igualitária das mulheres e jovens nas instâncias de decisões e Assembleias da Cooperativa.

CAPÍTULO 5

momento **INTERNALIZAÇÃO**

Na fase da internalização acontece a passagem do conhecimento teórico para o prático, incorporado na ação. Esta fase é fortemente vinculada ao aprender fazendo, quando as experiências das etapas anteriores são incorporadas nas bases do conhecimento do indivíduo e da organização, no qual o conhecimento é aplicado e utilizado em ações concretas, atualizadas por meio da prática e da reflexão.

A internalização determina se o conteúdo atingiu as expectativas previstas para o novo conceito e se a Cooperativa assimilou na sua organização, os conteúdos e a proposta de inovação organizacional.

A Internalização refere-se à incorporação do conhecimento teórico, em conhecimento prático nas Cooperativas. Quando as experiências de socialização, externalização e combinação são internalizadas nas bases de conhecimento do indivíduo e das Cooperativas, na forma de modelos mentais, inovações, regulamentos e outros processos que possam fortalecer o aprimoramento organizacional.

Para que a criação de conhecimento organizacional ocorra, é necessário que o conhecimento teórico acumulado pelos indivíduos da organização necessite ser socializado com outros membros da Cooperativa, concluindo, e desta forma uma nova criação do conhecimento. Por meio desta “espiral”, a criação do conhecimento se amplifica e consolida na cultura da organização e o fator que impulsiona esse processo é a interação contínua entre os conhecimentos teóricos e práticos.

REFLEXÕES SOBRE A MULTIPLICAÇÃO

Capacitação e Desenvolvimento

1. As responsabilidades das pessoas que trabalham na Cooperativa estão definidas e monitoradas?
2. São realizadas ações para capacitação dos colaboradores e dirigentes?
3. A Educação Cooperativista dos colaboradores da Cooperativa é promovida?

Inclusão e Desenvolvimento

1. Há práticas para estimular a participação dos Cooperados-Jovens e mulheres, no quadro social e governança da Cooperativa?
2. Há práticas para estimular o desenvolvimento de novas lideranças visando à renovação dos órgãos de administração e fiscalização?
3. O órgão de administração presta contas de sua atuação para os Cooperados?
4. A Educação Cooperativista dos colaboradores da Cooperativa é promovida?

Desenvolvimento Sustentável

1. A responsabilidade socioambiental é considerada na definição das estratégias, negócios e operações visando à sustentabilidade da Cooperativa?
2. A Cooperativa busca assegurar atuação ética no ambiente em que opera?
3. Os impactos ambientais adversos decorrentes dos produtos e serviços, processos e instalações da Cooperativa são conhecidos e tratados?

Análise e desenvolvimento de mercado

1. As necessidades e expectativas dos clientes são identificadas e utilizadas para definir e melhorar produtos e serviços da Cooperativa?
2. Os produtos e serviços são divulgados aos associados e aos clientes?
3. Há canais para recebimento de solicitações, reclamações ou sugestões dos associados e clientes, e as manifestações recebidas são tratadas?

CONSIDERAÇÕES

Neste material abordou-se a temática Modelo de Inclusão do Cooperativismo Solidário, articulando eixos vinculados a inclusão social, produtiva e comercial, qualificando formas de Gestão e Governança nas Cooperativas Solidárias. Neste contexto é fundamental que os participantes façam uma análise dos avanços e resultados gerados por este processo formativo definindo metas para que as Cooperativas continuem avançando de forma orgânica e sistêmica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Agenda Institucional Cooperativa 2015**. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/Site/sescoop>. Acessado em 20/12/2015.

OCB - Organização do Quadro Social em Cooperativas. Brasília: **Educação e Capacitação Cooperativista do Sistema OCB**. 2010.

PEDRINI, Dalila Maria. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2004.

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PUTNAM, Robert. **Capital social e desempenho internacional**. In: **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1996.

SCHNEIDER, José Odelso (Coord.). **Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SESCOOP. **Instrumento de Autoavaliação da Gestão / SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**. FNQ - Fundação Nacional da Qualidade: Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, 2019.

SESCOOP. **Manual de Autoavaliação da Gestão e Implementação de Melhorias / SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**. FNQ - Fundação Nacional da Qualidade: Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, 2016.

RECH, Daniel. **Cooperativas: alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

UNICAFES – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Documento Base do V Congresso**. Brasília. 2017.

Disponível: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em: 02 mar. de 2018.

UNICOPAS - **União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias**. Pauta Institucional, Brasília. 2017. Disponível: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso: 02 mar. de 2018.

ZANCO, A, M. **A contribuição do PECSOL para aprendizagem dos diretores como multiplicadores do conhecimento no cooperativismo**. Francisco Beltrão, 2016. Disponível: tede.unioeste.br/bitstream/tede/3033/5/Alcidir%20M.%20Zanco2017.pdf

ZANCO, A, M. **Ética e bioética do desenvolvimento sustentável: A ética e a bioética na produção, organização e consumo de alimentos: desafios para a segurança alimentar**. Editora CRV, Curitiba, 2018.

ZIMMERMANN, S. A.; Garcias, M. O.; Basso, D. **Participação das mulheres em espaços cooperativos - análise de questionário aplicado no I Encontro de Mulheres Rurais do Mercosul Ampliado**. Unicafes-REAF-UNILA. Medianeira, 2018.

Multiplique seu
conhecimento
na Cooperativa.
Faça sua parte!

PECSOL

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

